

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

## SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO

Sessão Ordinária n° 14  
de 21 - 12 - 2019

<b>Mesa da Assembleia Municipal</b>		
<b>Nome do Membro</b>	<b>Cargo</b>	<b>P/F</b>
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	<b>P</b>
António Manuel Domingues	1º Secretário	<b>P</b>
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	2º Secretário	<b>P</b>

<b>Membros Eleitos</b>	<b>P/F</b>	<b>Presidentes de Juntas de Freguesia</b>	<b>P/F</b>
José Albano Esteves Domingues	<b>P</b>	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	<b>P</b>
Manuel Luís Domingues Gonçalves	<b>F</b>	José Carlos Gonçalves	<b>F</b>
Jorge Renato Vieira Ribeiro	<b>P</b>	David Manuel Barbeitos	<b>P</b>
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	<b>P</b>	José Luís Douteiro	<b>P</b>
Catarina Aurora Rodrigues Mira	<b>P</b>	Agostinho Alves	<b>P</b>
Manuela Maria Cortes Lobato	<b>P</b>	Amado Dias	<b>P</b>
Carlos Alberto Codesso	<b>P</b>	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	<b>P</b>
Francisco José da Cunha e S. Reis Lima	<b>P</b>	José da Ascensão Afonso	<b>P</b>
Carla Maria esteves Lima	<b>F</b>	Alfredo Domingues	<b>P</b>
Tiago José Baleixo Lourenço	<b>P</b>	Amadeu Esteves	<b>P</b>
Manuel António Fernandes	<b>P</b>	Ricardo Jorge Alves	<b>P</b>
Carla Sofia de Abreu	<b>F</b>	Maximiano José Calheiros Gonçalves	<b>P</b>
António José Gomes Nabeiro	<b>P</b>	Maria de Fátima Rodrigues Sousa Táboas	<b>P</b>
Vânia Cristina Barros Faria Dantas	<b>P</b>		
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	<b>P</b>		
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	<b>P</b>		
António Manuel Vieira	<b>F</b>		
Paulo Jorge Azevedo	<b>P</b>		

**P-Presença F-Falta**

Quando eram dez horas, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. O primeiro secretário procedeu à chamada dos membros desta Assembleia, tendo faltado os deputados: Manuel Luís Gonçalves, Carla Esteves Lima, Carla Sofia Abreu, António Manuel Vieira e José Carlos Gonçalves.

A Presidente da Assembleia colocou a apreciação a proposta de ata da reunião de 28 de setembro. Interveio o Deputado José Albano Domingues para propor algumas correções à mesma, nomeadamente:

- a)- Página 4, 2º parágrafo: onde consta “inabitabilidade” deverá passar a constar “inevitabilidade”
- b)- Página 17, último parágrafo: onde consta “estão revistas” deverá passar a constar “estão previstas”
- c)- Página 18, primeiro parágrafo: onde consta “abalizada” deverá passar a constar “avalizada”.

Já com as alterações propostas pelo Deputado José Albano Domingues a **Ata foi aprovada por unanimidade.**

De seguida a Presidente da Assembleia colocou a apreciação a proposta de ata da reunião extraordinária de 24 de outubro, a qual foi **aprovada por unanimidade.**

Antes de passar ao primeiro ponto da ordem de trabalhos a Presidente da Assembleia informou que nos dias 29 e 30 de novembro assistiu ao Congresso da Associação Nacional de Municípios, juntamente com a Deputada Maria de Fátima Rodrigues de Sousa Táboas e a Vereadora Maria José Pinho Codesso. De seguida, solicitou à deputada Fátima Táboas, que fizesse um breve resumo dos acontecimentos mais importantes do congresso.

Informou ainda, que houve também em Paredes de Coura, uma reunião da CIM em que estiveram presentes todos os representantes da assembleia. Entretanto foi pedido ao deputado António Nabeiro para também fazer um resumo do sucedido na reunião, mas por motivos de doença, o mesmo ficou adiado para a próxima reunião.

Assunto nº 122	Período de “Antes da Ordem do Dia”.
----------------	-------------------------------------

Aberto o período de “antes da ordem do dia”, pela Presidente da Mesa da Assembleia, procedeu-se à inscrição dos deputados para o uso da palavra.

Começou por fazer uso da mesma o deputado Paulo Cerdeira que interveio para falar da Festa do Espumante, que já se tornou um grande evento e que ao fim de 5 anos, conseguiu chegar a um patamar elevadíssimo, trazendo muita gente, que ocupa hotéis, casas de turismo e outros. Um evento de inverno que vem preencher a lacuna no nosso território, que se tem afirmado e que agora não podemos parar, a expectativa continua muito alta. Foi um fim-de-semana onde se falou de Melgaço. Seguidamente referiu-se ao investimento na fibra ótica, o contrato que se assinou há cerca de 1 mês no valor de 2 milhões de euros. Recorda-se de o Sr. Presidente falar, há cerca de 2 ou 3 anos, que era importante para o território termos uma boa cobertura de rede, sobretudo na parte da montanha, e que só assim conseguíamos atrair investimento privado. Usar as redes sociais todos os dias é uma ferramenta fundamental. Solicitando de seguida, ao Sr. Presidente que desse um feedback da situação atual.

A deputada Fátima Táboas usou da palavra para referir que ficou muito contente com a intervenção do deputado Paulo Cerdeira e parabenizou a Câmara Municipal, que no passado dia 15 de novembro, foi galardoada com o prémio Município do Ano 2019, na categoria Município Projeto Região Norte com menos de 20 mil habitantes. Esperando que a Câmara Municipal continue a apostar em projetos que nos façam ter projeção, quer nacional, quer internacionalmente.

Seguidamente solicitou da palavra o deputado José Albano Domingues aproveitando o ensejo para endereçar a todos os presentes e respetivas famílias os votos, da parte da bancada da Coligação, de um Santo e Feliz Natal e, desejar que a paz e concórdia próprias do momento sejam transversais à forma como venham a decorrer os trabalhos nesta Assembleia. Prosseguiu a sua intervenção referindo que neste período do “Antes da Ordem do Dia” gostaria de abordar um tema que tem a ver com a passagem de ano mais a norte de Portugal. Tiveram conhecimento, que a nova empresa que passou a gerir as Termas do Peso, a OCRAM, teve a iniciativa de organizar, no edifício da Fonte Principal, o evento da passagem de ano, iniciativa a que o Município de Melgaço se associou.

Foi, também, do conhecimento da bancada da Coligação, que diversos agentes económicos, concretamente os empresários que exploram estabelecimentos de café e bar, foram convidados para se associarem ao evento. Alguns decidiram não aderir, optando, posteriormente, por solicitar que lhes fosse facultada a utilização do edifício das piscinas municipais, para aí organizarem a passagem ou pós passagem de ano tendo sido autorizado pelo executivo.

É do entendimento da bancada da Coligação, que essa autorização não deveria ter sido dada. Entendem que o não deveria ter feito, e por várias ordens de razões, que se seguem. Em primeiro lugar, que importaria concentrar/não dispersar, unir/não dividir, todos os Melgacenses que pretendam associar-se a este acontecimento, porque, de facto, todos juntos ainda somos poucos; Em segundo lugar porque são da opinião de que se se pretende alavancar as Termas do Peso, se deve apostar, e em força, em criar dinâmicas que permitam catapultar o nome e as infraestruturas que o Parque Termal reúne; E, finalmente, porque importa acarinhar o novo parceiro privado da Cura Aquae, apoiá-lo, estar presente, em ordem à consecução da visibilidade e do sucesso que o projeto “Termas” merece, possibilitando que as iniciativas desta índole sejam o mais participadas e economicamente sustentáveis possível, diminuindo o *deficit* entre receita e despesa (*deficit* que sabem ter ocorrido, por exemplo, e ainda recentemente, com o festival “Nature Melgaço”).

De seguida, a Presidente da Mesa deu a palavra ao Deputado Manuel Fernandes que iniciou a sua intervenção desejando umas Boas Festas a todos os presentes e seus familiares. Seguidamente referiu que ao longo de 2 anos participa como deputado eleito a esta Assembleia, para defender os interesses dos melgacenses. Na reunião anterior, acabou por não voltar a intervir pois o Presidente da Câmara excedeu, e muito, o tempo nas respostas às questões colocadas pelos Deputados. Acrescentou ainda que o Sr. Presidente, disse que o convidaria para as inaugurações das obras que estão concluídas e salientou que não deverá perder tempo com esses convites pois nunca irá participar em tais inaugurações. Na sua opinião nenhum político deve ser condecorado por fazer obras públicas, pois está bem pago para o fazer, além disso é pago com dinheiro dos contribuintes. Esses deveriam ser os únicos condecorados.

Referiu ainda que na reunião anterior, o Presidente da Câmara elogiou o Hotel Monte de Prado, e bem, mas esqueceu-se de todos os outros que participam há dezenas de anos no desenvolvimento do concelho.

Continuou a sua intervenção falando das obras de Paços, pois a pavimentação da estrada da Sr<sup>a</sup> de Lurdes a Sá está vergonhosa, intransitável, esperando que a Câmara não

aceite que aquela obra seja entregue naquelas condições. Têm-se feito umas obras em Paços, e muito bem, mas como todas as obras devem ter as estradas em perfeito estado de limpeza e conservação.

Quanto à obra da Fonte da Vila, o prazo já terminou e um terço da obra ainda não está concluída, a empresa não tem nenhum cuidado na parte que ainda não está intervencionada, fazendo ali um estaleiro. Quem circula todos os dias, também tem direitos. Questionou o Presidente sobre quantos anos serão necessários para terminar a obra? Quais as penalizações que estas empresas vão ter?

Depois citou uma série de estradas que não se encontram em bom estado como a estrada Melgaço-S. Gregório que em certos locais está intransitável; Sr<sup>a</sup> da Orada até à freguesia de Chaviães; Bouças-Outeiro e Paços- Granja; na freguesia de Cristóval a estrada Esquipa-cemitério e Campo de Souto; na freguesia de Fiães: Adedela-Adavelha- Sr<sup>o</sup>da Vista -Fiães; da igreja de S. Paio ao Covelo, da igreja de S.Paio a Sante; do Peso- Costa de Sontra e do Peso a S. Roque de Golães, entre outras. Terminou dizendo que se continua a gastar dinheiro em festas que deveria ser utilizado nas vias, sendo a prevenção a melhor solução possível.

Seguidamente a Presidente da Assembleia lamentou a intervenção do Deputado relativamente aos tempos de intervenção. Frisou ainda que se se seguisse o regimento à risca, a intervenção que o deputado acabou de fazer não poderia ter sido tão longa. Realçou que quando se está a discutir ou defender assuntos do interesse do Concelho é normal que as pessoas intervenham e discutam sem a pressão do tempo, mas se o Deputado quiser fazer alguma reclamação que o faça por escrito dirigida à Mesa da Assembleia.

Após esta intervenção foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por desejar Boas Festas a todos os presentes. Seguidamente, em resposta à intervenção do deputado Paulo Cerdeira, em relação à Festa do Espumante, referiu que estamos a fazer um bom percurso com a mesma, que não pretende ser apenas mais um evento. Pretende ser um evento de afirmação do território, de afirmação com profissionalismo e uma enorme qualidade. Todos os anos procuramos crescer e crescer não só em quantidade, mas também em qualidade, afirmando um produto de excelência e que poderá ajudar a alavancar ainda mais a economia da região e dos produtores que na região fazem um excelente produto.

Quanto à questão da fibra ótica, que foi aqui anunciada e protocolada através da Altice, resulta de um processo em que a própria Altice também quer afirmar a sua marca nos territórios do interior. É claro que houve trabalho desde 2014, procurando-se desde aí intervir pois as comunicações são fundamentais para o desenvolvimento dos territórios. E daí resultou uma intervenção fortíssima e importante na montanha. Castro Laboreiro em boa parte do seu território e Lamas de Mouro, em quase a totalidade, tem uma qualidade de cobertura de rede móvel que o resto do município não tem.

Afirmou ainda que há muito trabalho a fazer, há zonas do território que ainda não tem cobertura digital e cobertura de rede móvel.

Em julho passado houve uma reunião com elementos do conselho de administração da Altice, em Lisboa, onde se colocaram, entre outras, estas questões. A inclusão deste investimento, no investimento do Alto Minho, terá sido fruto dessa reunião.

Há uns anos a Portugal Telecom, com o projeto Minho.Com fez investimento em fibra ótica, na zona urbana do Concelho. Atualmente foi apresentada uma proposta pela DST que prevê a ampliação de fibra que poderá ser utilizada por qualquer operadora, permitindo a cobertura de 80% do território.

Relativamente à intervenção da deputada Fátima Táboas, em relação ao MDOC e Município do Ano, apenas dizer que continua a ser uma aposta vencedora, através da qual o Município foi reconhecido.

Em resposta ao deputado José Albano Domingues e em relação à Passagem do Ano, frisou que de há 3 anos para cá, tem sido notável o crescimento do evento. Neste ano 2019 será a 3ª edição e desta vez conta com a iniciativa da Cura Aquae e não da OCRAM, como referiu o deputado. Esta iniciativa ocorrerá na Fonte Principal das Termas, com jantar seguindo-se o resto da noite com atuações musicais. É verdade que foram convidados todos os bares, reuniram e conversaram, mas apenas um se associou a esta iniciativa da Curaquae e os restantes quiseram manter os moldes dos anos anteriores. Achamos que deveríamos apoiar também quem tem provas dadas nos últimos anos, em fazer a passagem de ano nas Piscinas Municipais. Com certeza que ambas terão enorme sucesso.

Quanto à intervenção do deputado Manuel Fernandes, o Presidente da Câmara mencionou que embora não seja o cenário ideal, a rede viária atual mantém boas condições, tendo noção que existe a necessidade de intervenção em alguns locais, e que é um trabalho permanente ao qual os serviços estão atentos e que de forma constante acontece.

Em relação ao Hotel Monte de Prado, informa que não tenha tecido algum tipo de elogio, mas sim referido os resultados publicados pelo INE, que dão conta do crescimento das dormidas em Melgaço, sendo um fator importante para o desenvolvimento económico do concelho.

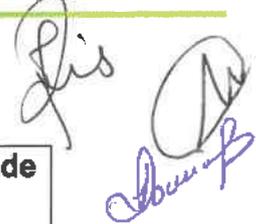
Retomando o tema da rede viária, e em resposta ao deputado Manuel Fernandes que identifica o mau estado da estrada de Srª de Lurdes- Sá, o Presidente da Câmara esclarece que essa estrada já tem muitos anos, tendo sido sujeita a diversas operações e agora teve uma intervenção mais forte que foi a passagem do saneamento. Como todos sabem é sempre um processo delicado em qualquer estrada. O que se fez foi a repavimentação da vala onde foi implantado o tubo de saneamento. É certo que num ou outro ponto poderá não estar tão perfeita, mas a estrada está circulável. No conjunto de exemplos que deu utiliza muito "intransitável", eu transitei e transitei há poucos dias e não tive problema em fazer a estrada de Sá até à Srª de Lurdes. Há um compromisso com a junta de freguesia de quando houver oportunidade fazer uma repavimentação integral, desde o largo de Sá até à Srª de Lurdes. Não será em 2019 que está a acabar e não será em 2020 porque há outras prioridades.

Gostava que desse nota, que o lugar de Sá, quase na totalidade, ficará com uma requalificação viária extraordinária.

A Rua Fonte da Vila, está atrasada e lamentámos. Várias reuniões já foram feitas com o empreiteiro. Se houvesse muitos empreiteiros disponíveis para fazer obras, não teríamos dificuldades nenhuma em terminar a obra. Não há empreiteiros para facilmente entrarem nestas obras. Temos que continuar a trabalhar com este e até ao final do ano ficaremos com esta segunda fase pronta. A obra está a ficar com uma excelente qualidade, aquela rua ficará apetecível para quem lá mora e até para comércio ou quem lá se quiser instalar. Sendo realista julgo que daqui a um ano teremos a obra concluída. Temos agora um troço mais delicado que é o nó que entronca com o conjunto de comércio que ali estão e o Centro de Saúde. Há um compromisso da empresa para que boa parte da obra, na altura da Festa do Alvarinho esteja concluída e no final do ano pronta na sua totalidade.

As outras estradas que foram citadas aqui, algumas delas já estão incluídas no orçamento para 2020.

Quanto aos convites para as inaugurações de obras públicas, os mesmos continuarão a ser enviados, que para os deputados, quer para a população em geral.



<b>Assunto nº 123</b>	<b>Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal;</b>
-----------------------	--

Como é de Lei, o Presidente da Câmara apresentou à Mesa da Assembleia uma informação escrita, que foi enviada a todos os Deputados, sobre a atividade municipal, ficando anexa à presente ata.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se o entendesse, explicasse com mais detalhe a informação apresentada. O Presidente apenas acrescentou, que no dia de ontem recebeu a notícia de que foi aprovada a candidatura a financiamento do projeto do Trilho do Mouro. O trilho tinha ficado fora da rede municipal de trilhos. O trilho do Mouro foi candidatado ao Norte 2020, através do património natural.

<b>Assunto nº 124</b>	<b>Análise e deliberação do Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável para o ano de 2020;</b>
-----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que referiu que o Plano, se tem consolidado e evoluído desde 2018. O balanço é aquele que está apresentado no documento que todos têm. Não estão refletidos no balanço, dados sobre a implementação do projeto ABEM, projeto que foi apresentado, que está a ser implementado e que permite às pessoas que reúnam as condições exigidas, terem acesso a um cartão que lhes dá medicação gratuita, desde que seja acompanhada por receita médica comparticipada. Está a correr muitíssimo bem, já foram entregues trinta cartões e estão para serem entregues vinte e oito. Temos uma melhoria, este ano, em relação ao apoio aos bombeiros, na área do tarifário da água. Estava-lhes atribuído o tarifário doméstico e agora passou ao tarifário doméstico social. Foi alargado a todos os bombeiros, não apenas aqueles que têm casa própria, mas também aqueles que vivem em casa de familiares, desde que façam prova do seu agregado familiar.

Seguidamente solicitou da palavra o deputado José Albano Domingues para fazer a seguinte intervenção:

"Chegados a este assunto importa, de facto, fazer um balanço do que tem sido as medidas implementadas a este nível ao longo dos últimos 11 anos, concretamente de 2008 a 2019, e, feita uma resenha do histórico que nos vem documentado, temos de dizer que a política do executivo PS falhou.

Relembramos que os propósitos visados com o PDSS se estruturam nos eixos "fixação da população, rejuvenescimento e solidariedade social". E falamos de frustração das metas porque a população de Melgaço continua a emigrar, seja para o estrangeiro seja para outros concelhos e regiões do país, encontrando-se cada vez mais envelhecida.

E pegando em dados e números concretos temos de assinalar, por exemplo, que ao nível dos incentivos à natalidade/adoção se verifica, entre 2008 e 2019, uma queda na ordem



dos 50% (em número de apoios e nos valores atribuídos); no domínio da saúde o número de apoios registados no corrente ano corresponde a 1/3 do de há 2 anos atrás; no campo do arrendamento/crédito à habitação em 2019 temos zero apoios; no que concerne aos auxílios económicos aos alunos o decréscimo, entre 2008 e 2019, é superior a 40%; no apoio aos casais jovens nos últimos 9 anos os apoios foram zero; e, também sintomático da ausência de dinâmica empresarial no concelho, em todo o ano de 2019 não houve projetos candidatos ao Melgaço Finicia. A verdade é que os valores monetários dos apoios revelam-se perfeitamente insignificantes ou residuais, o que, aliado à necessidade de tramitação da parte documental ou burocrática, leva a que as pessoas não adiram.

Em contrapartida, o nível da receita gerada pelo IRS que é transferida para o Município subiu, entre 2012 e 2019, mais de 43%. Ou seja, enquanto a população residente desce de forma preocupante os impostos sobre os cidadãos sobem abruptamente, o que, curiosamente, acontece desde 2014 (coincidentemente com a entrada em funções do governo PS), e o que diz bem do peso da carga fiscal sobre as famílias e sobre os portugueses. Este aumento exponencial da carga fiscal poderia, a nosso ver, ser minorado, se houvesse vontade do executivo PS em reduzir, ou abdicar, da taxa de 5%, que recebe do IRS de todos nós, residentes no concelho.

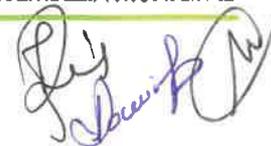
Por outro lado, no que toca à regeneração urbana os prédios em deficientes condições de conservação, salubridade ou segurança, ou em ruínas, aumentaram, entre 2008 e 2019, de 54 para 308, um aumento de 570%, sinal do contínuo e progressivo abandono do nosso património imobillário, indicador também muito pouco abonatório ou positivo.

Quanto às Medidas a implementar no ano de 2020 assinalámos um rol de medidas avulsas, sem qualquer significativo impacto prático. É um facto o de que os valores aprovados, por exemplo, para subsídio de nascimento ou adoção – 500,00 € - , reembolso da mensalidade com a Creche – máximo de 75,00 € -auxílios económicos aos alunos – 40,00 € para os alunos do 1º ciclo do ensino básico incluídos no 1º escalão e 20,00 € para os do 2º escalão, e, quanto ao pré-escolar, 25,00 € para os alunos do 1º escalão e 12,50 € para os do 2º -, os apoios às famílias no domínio da habitação e da saúde – máximo de 300,00 €/ano -, se tem revelado perfeitamente exíguos e insuficientes para reverter a curva descendente. Quando existe uma situação de gripe real (não de simples constipação) temos de ir mais longe, mais além, e atacá-la com antibióticos, não com uma simples aspirina. Benéficas medidas de impacto fiscal aportariam, seguramente, resultados mais visíveis nesta matéria.

Hoje as pessoas procuram os concelhos onde lhe forem oferecidas as melhores condições para residir e trabalhar. Damos como exemplo o concelho de Ponte de Lima, que, de acordo com o que esta semana saiu na comunicação social, prescindiu de cerca de 1.000.000,00 €uros de IRS.

Defendemos que o IMI dos prédios urbanos se deveria quedar pela taxa mínima de 0,30%; E, que o Município de Melgaço deveria abdicar, renunciar, ou reduzir significativamente, a participação que lhe cabe – de 5% - nas receitas do IRS.

Dizemos, finalmente, que verdadeira "*política de incentivo para a regeneração urbana*" (como vem exarado no documento que nos foi distribuído) não é agravar em 30% a taxa de IMI. Incentivo seria apoiar, subsidiar, isentar, por exemplo de taxas de urbanização e



edificação, simplificar, através da introdução de normas específicas nos instrumentos de organização, ordenamento e planeamento do território, que facilitem a reconstrução, e, finalmente, agilizar procedimentos. Não é penalizando que se incentiva sejam quem for.”

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que em resposta ao Deputado José Albano Domingues referiu que o mesmo coloca uma série de questões mais estruturantes. Este plano não é um instrumento com medidas avulsas. Reúne um conjunto de medidas importantes e que já foram até avaliadas como sendo um dos municípios com melhor pacote de medidas de apoio à população. Não fomos nós que o dissemos foi a associação de famílias numerosas, por exemplo, que em algum momento fez a análise e deu nota da qualidade das medidas que aqui estão e que todos os anos procuramos melhorar. Muito nos agradaria que pudéssemos colocar mais dinheiro neste pacote de medidas. Seria ótimo que Câmara Municipal pudesse porventura aumentar o valor das medidas que aqui estão e ter a ousadia de arrancar com uma outra medida mais radical em relação à questão da reconstrução do património para habitação. Um dos nossos problemas mais graves é quando pessoas chegam, querem habitação, e não têm no mercado oferta e o que encontram é pouco e altamente inflacionado. Tem que haver também uma nova cultura na população e sobretudo de quem tem património, que invista nesse património e que o rentabilize, não só na Vila como nas freguesias. Há muito trabalho a fazer, há também uma cultura diferente a desenvolver.

Quanto à questão demográfica, não tem dúvidas que é uma questão grave. Esta semana esteve numa reunião CIM que começou com uma videoconferência com o eurodeputado Manuel Fernandes e quando um autarca do Alto Minho lhe colocou a questão demográfica do ponto de vista do município e até alargando um pouco para o Alto Minho, a resposta do Eurodeputado é que isso é um problema europeu. É um problema europeu que a EU também tem que encarar e cada um dos estados tem que encarar. O que não quer dizer que não tenhamos que fazer o nosso trabalho e de procurar todas as soluções e fazer tudo que está ao nosso alcance para que se reverta a situação. Só há uma forma de ter pessoas, é ter empresas, atividade económica. Sem atividade económica não há rigorosamente mais nada.

Há três pilares fundamentais para o futuro da economia do Município. Em primeiro lugar a economia do vinho que, sem dúvida alguma, é estruturante para o município e para o território. Ainda há muito trabalho a fazer, nomeadamente a nível de conhecimento. Para isso tem-se conseguido aliar ao município outras instituições: UTAD, IPVC, Universidade de Santiago de Compostela e a Estação Vitivinícola de Riba de Ave. Esta parceria fará com que ainda durante este ano seja possível colocar no terreno um projeto piloto de apoio à economia agrícola do território. Em segundo lugar a economia do turismo, investimento, estratégia, comunicar a marca Melgaço. Em terceiro lugar as vias de comunicação, que se tornam essenciais e será um trabalho estruturante com a Galiza.

Acresce ainda o facto de estar previsto o arranque da Zona Empresarial de Alvaredo já em 2020, projeto já submetido a financiamento comunitário.

No que se refere a questões fiscais, nomeadamente o IRS, o aumento não é da responsabilidade da Câmara Municipal. No que se refere ao IMI julga-se que não será um valor tão significativo para as famílias.

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado José Albano Domingues que referiu que o Presidente da Câmara teria afirmado que as medidas previstas no PDSS tinham sido elogiadas pela Associação das Famílias Numerosas. A bancada desconhece esse facto, no entanto há que assinalar que também desconhece a existência de casos de famílias numerosas no concelho de Melgaço (haverá cerca de meia dúzia de casais com três filhos, mas nada além disso).

Acrescentou ainda que o Presidente referiu que o problema demográfico é transversal à Europa e ao todo nacional. É um facto. Mas também é um facto o de que não nos podemos ater apenas ao fenómeno, tendo de olhar também para os números, para a dimensão, e ter bem presente que em Melgaço é muito mais preocupante do que em qualquer outro lugar. Para terminar salientou que o Presidente da Câmara referiu, ainda, que não seria responsável estar a prescindir das receitas decorrentes do IRS que reverte a favor do Município. Mesmo não prescindindo, perguntou: porque não alocar, por exemplo, 10% do valor dessa concreta receita para os apoios sociais e apoios às famílias, o que permitiria duplicar, a este nível, o valor atualmente previsto e orçamentado, que é de cerca de 80 a 100.000,00 €?

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovada por maioria com 8 votos contra do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço.

As bancadas do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço e do Partido Socialista ficaram de apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 125	Análise e deliberação da composição do Conselho Municipal de Educação;
----------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse a introdução ao assunto. O mesmo apenas referiu que toda malha legislativa exige que se faça. Nos documentos iniciais ainda não estão os elementos docentes eleitos. Este Conselho iniciará funções no início do próximo ano.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

<b>Assunto nº 126</b>	<b>Análise e deliberação dos limites administrativos das freguesias de Paderne e S.Paio;</b>
-----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse a introdução ao assunto. O Presidente informou que os CTT na altura de enviar os códigos postais, atribuíram ao lugar de Verdelha que é de Paderne, um código postal de S.Paio. E é no sentido de retificar este erro que o assunto vem a esta assembleia.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.

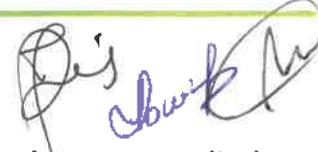
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

<b>Assunto nº 127</b>	<b>Análise e deliberação da transição do sistema de abastecimento de água da titularidade da freguesia de Parada do Monte para o sistema Municipal;</b>
-----------------------	---

A Presidente da Assembleia referiu que todos os Deputados tiveram a oportunidade de analisar a documentação enviada e deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer as considerações que entendesse.

O Presidente da Câmara iniciou a intervenção dizendo que iria fazer uma abordagem relativamente aos três pontos da ordem de trabalhos referentes à problemática da transição dos sistemas de abastecimento de água de Parada do Monte, Couso e Gave para depois abordar por separado a proposta de cada uma das freguesias. Começou por historiar a missão da autarquia em relação ao tema do abastecimento da água dizendo que em 2018 a Câmara Municipal de Melgaço foi a primeira autarquia, em reunião da CIM, a dizer "Não" à criação de uma empresa intermunicipal para o abastecimento de água. Atrás do nosso município vieram Ponte da Barca e Monção, porque consideramos que a gestão destes sistemas deve continuar municipal pois já ficou claro durante estes anos que somos capazes de prestar um serviço eficiente às populações, porventura, melhor do que qualquer empresa intermunicipal ou outra. Temos a certeza de que somos capazes de fazer bem e com um preço mais razoável e mais justo.

Depois e por indicação legislativa e do ERSAR achámos que deveríamos fazer a evolução no sentido de que todos os sistemas de todas as freguesias estivessem integrados na gestão municipal. Assim, ganhamos escala e criamos condições de qualidade em cada um de sistemas de água e saneamento. Convidamos as Juntas que ainda estavam autonomamente a fazer a gestão do sistema, a conversarem connosco. Iniciamos o processo com a Junta de Freguesia de S. Paio o que fez com que a transição já tivesse sido aprovada nesta Assembleia Municipal. Iniciamos depois o processo com as outras três freguesias, fazendo uma reunião conjunta na ERSAR para que todos entendêssemos bem a necessidade imperiosa de que os sistemas transitassem para a gestão da Câmara Municipal.



Depois disso, continuaram as reuniões com os presidentes de junta para chegar a resultados palpáveis que constam no documento.

Em relação a Parada do Monte, o que foi acertado com a freguesia, foi a transição integral do sistema com captações, reservatórios e a rede integral da distribuição de água e a sua valorização, de acordo com os critérios estabelecidos pelo ERSAR chegando a um valor de compensação para a Junta de Freguesia no montante de 138.561,14 euros, conforme a documentação distribuída aos senhores deputados, prevendo que o pagamento dessa comparticipação seja feito em 2 anos (2020/2021), assumindo que a partir de janeiro de 2020 a transição será uma realidade.

De seguida foi dada a palavra ao deputado José Albano Domingues que começou por dizer que esta é uma matéria que o executivo camarário PS, assim como os senhores presidentes de Junta, reconhecem não ser pacífica, não ser consensual.

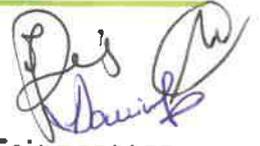
Continuamos a insistir que é possível manter a gestão da rede de abastecimento de água domiciliária nas mãos das Juntas de Freguesia, designadamente ao abrigo da delegação de competências.

Não aceitámos que a Câmara Municipal de Melgaço seja melhor, mais eficiente, do que as Juntas de freguesia na gestão de tais recursos; nem que as Juntas não tenham meios humanos para a fazer; se as juntas não têm técnicos para garantir as atuais exigências, podem perfeitamente contratá-los, ou solicitar a assistência dos que façam parte do quadro de pessoal do Município.

Entendemos também não constituir argumento válido dizer-se que a atual rede, ao menos em algumas das freguesias, se encontra obsoleta, em elevado estado de degradação, ou que não cumpre com as exigências legais e funcionais, e, mormente, com o diâmetro ou as dimensões necessárias para o combate a incêndios, ou que os pontos de captação estão expostos a elevados riscos de contaminação, porque elas vem sendo usadas nas freguesias desde há dezenas de anos e já percebemos que a Câmara, não obstante isso, vai continuar a usar essas redes tal como atualmente se encontram. Aliás, tanto não é critério que em muitas outras freguesias, nas quais já é a Câmara Municipal a fazer a gestão dos sistemas de abastecimento, as condutas também não respeitam essas dimensões mínimas e nem por isso deixam de ser usadas.

Registámos, todavia, com agrado, a preocupação dos senhores presidentes de Junta no sentido de que, embora aceitando a transferência do sistema, por mutação dominial subjetiva, as populações de cada freguesia continuem a ser abastecidas com a água dos furos e nascentes aí existentes e que não seja possível levá-la para outros locais ou transmiti-la a terceiros. E aguardamos que tal venha a ser, efetivamente, cumprido. É que na minuta do contrato não se vê uma qualquer cláusula que estabeleça qualquer penalidade para o Município se assim não for.

No que se reporta à concreta situação da Junta da União das Freguesias de Parada do Monte e Cubalhão, dizia-nos o nosso Colega de bancada, senhor Manuel Cândido Afonso, que foi presidente da Junta de Freguesia aquando da realização das empreitadas executadas, ao nível da rede de abastecimento de água e saneamento, entre os anos de 2008 e 2010 (com execução e novas adutoras, reservatório e rede de distribuição) que por essa altura houve pessoas que aceitaram doar as nascentes e águas a que tinham direito



porque se destinavam a ser integradas na rede de abastecimento da freguesia. Tais pessoas, não obstante essa doação, serão agora confrontadas com preços tabelados e iguais aos de quaisquer outros munícipes.

Gostaríamos de saber em quanto importou o financiamento, correspondente a 75% do total do custo, assegurado pela Junta no tocante às ditas empreitadas, executadas entre 2008 e 2010, e que se refere ter-lhe sido posteriormente devolvido.

Quanto ao valor da justa compensação, se pegarmos nos critérios fornecidos pela ERSAR para se atingir a justa compensação, somando os 4 pontos de captação, os 770,00 metros lineares da rede renovada pela Junta entre 2015 e 2019 e o investimento feito na beneficiação da rede, temos que a Junta de Parada e Cubalhão teria a receber 342.219,12 Euros.

E aqui temos de fazer um parêntesis para dizer que não se deve, não se pode, não é para nós politicamente correto, que se defenda dever seguir as emanações da ERSAR para justificar a transferência dos sistemas de abastecimento das freguesias para o Município mas já não aplicar os critérios que a mesma ERSAR preconiza para se atingir a justa compensação.

Àquele valor de 342.219,12 Euros, haveria ainda que somar os tais 75% que foram assegurados pela Junta de Freguesia nas empreitadas executadas entre 2008 e 2010, e isto porque, contrariamente ao argumentado na informação que serve de base a este assunto, a recuperação desse valor se efetuou não com fundos próprios do Município mas antes com fundos comunitários, tendo-se a Câmara limitado a apresentar a candidatura ao QREN. A obra e infraestruturas, financiadas pelos fundos, são da freguesia e não da Câmara.

Ademais, o sistema de abastecimento será integralmente transferido em 01/01/2020 e o pagamento só terá de começar a ser feito quase 1 ano após o que permite ao Município pagar com verbas que, ao menos em parte, nesse período de tempo, eram da própria Junta de Freguesia.

Adiantamos também que a Declaração de Voto será feita tendo em conta o sentido de voto nestes três assuntos que vamos abordar.

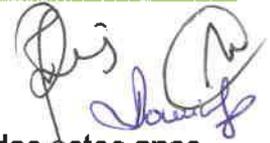
O Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para enaltecer a coragem dos senhores Presidentes de Junta destas três freguesias porque se trata de uma matéria muito difícil, politicamente muito complicada. Dirigindo-se ao Deputado José Albano Domingues começou por dizer que as Juntas de Freguesia terão todas as condições para fazer a gestão deste sistema. Até diria que no limite poderá haver alguma junta de freguesia que reúna essas condições, freguesias de grandes dimensões com capacidades técnicas instaladas que lhes permitam isso, por exemplo a freguesia da Srª da Hora e, poderia dar outros exemplos de freguesias dessa dimensão. Não é verdade que as nossas freguesias tenham essa capacidade e os nossos autarcas devem-se focar naquilo que é mais importante para a freguesia e naquilo que podem fazer bem e melhor, aliviando-se deste peso, desta carga que às vezes traz situações muito difíceis de resolver. Quando falamos da gestão deste sistema, não falamos só de atender à simples rutura, mas também, da análise da manutenção da qualidade da água. Devem serem capazes de responder com eficácia quando algum dos indicadores não está correto e isso não é capacidade instalada nas juntas de freguesia. A nossa água é de excelência, mas não temos dúvida que precisa de

tratamentos eficazes. São águas de montanha cristalinas e límpidas, mas às vezes tem componentes que podem ser altamente prejudiciais para a saúde e que precisam de ser corrigidos.

Quanto aos valores para a transferência, começaremos a pagar no início de 2020 e são os valores que, como já referi, achamos razoáveis e que respeitam os critérios definidos pela ERSAR. Quando o Senhor Deputado falou num milhão de investimento, tal não é correto, pois salvo erro houve um investimento de trezentos e tal mil euros na rede de água e outros trezentos e tal mil euros em saneamento. Os valores agora encontrados são justos em função dos investimentos feitos. A água é das pessoas. Temos procurado que os nossos abastecimentos sejam feitos com captações locais. Atualmente, só temos dois sistemas, que são abastecidos em alta: Vila e Paderne. Em Parada do Monte o abastecimento também será feito com captações locais. A água nasce na freguesia e é utilizada na freguesia, não sairá para lado nenhum, é para servir a população.

O Presidente da Junta de Freguesia de Parada do Monte solicitou da palavra para referir que este tema é delicado. A transição do sistema trata-se de uma regra legislativa que já vem desde 2009. Desde essa data que a legislação diz que os sistemas deviam ser geridos pelos municípios, no entanto ao longo destes anos foi havendo adiamentos sucessivos, por questões políticas e outras. Em 2013 quando entramos para a Junta de freguesia não tínhamos conhecimento de como isto funcionava. Tivemos de perceber toda esta problemática, perceber como tudo funciona. Já encontramos os contratos feitos entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, simplesmente tivemos de obedecer ao que estava escrito e assinado. O dinheiro adiantado pela Junta de Freguesia foi totalmente repostado pela Câmara Municipal, conforme estava estipulado nesses contratos anteriores. Em 2019 o novo Presidente da ERSAR tomou a responsabilidade de cumprir a lei. A ERSAR enviou documentação com toda a legislação às Juntas de Freguesia, com as competências e obrigações de todas as partes. Fomos a Lisboa, juntamente com o Presidente da Câmara, reunir com a ERSAR. Expusemos os nossos problemas e ouvimos as condições impostas pela ERSAR. Foi explicado que a situação era insustentável, não havendo nada a favor das Juntas de Freguesia. Era necessário também elaborar um plano sobre a água, feito por técnicos especializados, etc. Fomos encostados à parede e restou-nos entrar em negociações com a Câmara Municipal através das contas do ERSAR. Reunimos documentação para conseguir ainda ir buscar mais alguma verba referente a trabalhos, captações, etc. Todas as nascentes existentes na freguesia estão em terreno baldio, a Junta não tem conhecimento de captações privadas. Como já se referiu, este não é um tema fácil de gerir, é complicado, só esperamos que haja entendimento entre todos, de modo a que as coisas venham a funcionar bem. Esperamos também que o município não falhe perante as freguesias e as populações e que a prestação de serviços seja eficaz e de qualidade, tal como era feito, pese todas as dificuldades, pelas freguesias.

Voltou a usar da palavra o deputado José Albano Domingues para referir que o senhor Presidente da Junta da União das Freguesias refere que existe legislação já do ano de 2009, complementada ou alterada no ano de 2015, que obriga à transmissão dos sistemas de abastecimento para os Municípios. Não concordámos. Relembramos a figura jurídica da delegação de competências, já aqui falada. Por outro lado, tanto é possível que as Juntas



de Freguesia façam a gestão dos sistemas que o vem fazendo ao longo de todos estes anos. E não queremos acreditar que os senhores Presidentes de Junta confessem, nesta Assembleia, que fizeram uma tal gestão, ao longo destes últimos 10 anos, em violação da lei, cometendo uma ilegalidade.

Continuou salientando que o Presidente da Câmara referiu, na sua intervenção, que a água tem qualidade, provenha das nascentes ou furos na montanha ou do Rio Minho. Pediu que lhe desculpassem a franqueza, mas sente-se muito mais à vontade ao beber das águas que nascem no sopé ou interior das zonas montanhosas do que da que é recolhida no leito do Rio Minho, curso aonde todos sabem quanto de menos apropriado vai lá parar, seja do lado de Portugal seja do lado de Espanha. Continuou dizendo que o Presidente afirmou, também, que já ocorreu a transferência dos sistemas noutras freguesias e nem por isso as pessoas se queixam. Poderão não o fazer junto da Câmara, mas fazem-no entre os seus pares, quantas vezes na surdina. As pessoas sentem, e sentirão, nomeadamente na carteira, a diferença ou o Sr. Presidente poderá garantir que pessoas como as de Parada do Monte irão continuar a pagar pela água os mesmos custos que pagavam até aqui?

Referiu ainda, que o pagamento, a fazer-se à Junta da União das Freguesias de Parada do Monte e Cubalhão, não irá ocorrer após 1 ano, mas antes disso e mensalmente. Relembrou, porém, o que consta da cláusula sétima do contrato em minuta, onde está previsto que os primeiros 50% do pagamento apenas tenham de ocorrer até ao final do próximo ano de 2020.

Finalmente, o Presidente afirmou que até poderia perder o mandato se aceitasse pagar uma segunda vez à União das Freguesias o valor investido no sistema. Nada mais incorreto. O dinheiro devolvido à Junta proveio de fundos comunitários. O Município não estaria a pagar uma segunda vez, porquanto o Município de Melgaço está a adquirir o sistema de abastecimento em questão pela primeira vez. Tal sistema, tais infraestruturas, são da Freguesia, e nunca anteriormente ocorreu um qualquer negócio com o Município que visasse essa transmissão.

Retomou a palavra o Presidente da Câmara para salientar que a tarifa será sempre igual para todos os municípios. Relativamente à qualidade da água não quer entrar em questões técnicas, mas referiu que a água que vem do rio Minho e é distribuída na rede é de boa qualidade. A qualidade da água fornecida é excelente. A hipótese que se falou há uns anos, de abastecimento em alta do município de Melgaço e não só, já que também era Monção e Valença, de que o abastecimento fosse feito através de uma barragem no Rio Mouro em Lamas de Mouro, não foi avante, porque na altura houve um movimento pseudo-ambientalista ligado ao concelho de Monção que inviabilizou tal proposta. A inviabilização de tal projeto não teve a ver com a falta de vontade do município de Melgaço.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 7 votos contra do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço.

As bancadas do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço e do Partido Socialista ficaram de apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº128	<b>Análise e deliberação da transição do sistema de abastecimento de água da titularidade da freguesia de Couso para o sistema Municipal;</b>
---------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que este explicasse aos Deputados o assunto a colocar à discussão.

O Presidente da Câmara começou por dizer, que tiveram um entendimento diferente com o Presidente da Junta. É um sistema mais antigo, que precisa de ser revisto e renovado integralmente: nas suas captações, reservatórios e redes de distribuição. O compromisso da Câmara Municipal é de a renovar nos próximos anos, mais precisamente, nos próximos 5 anos. Não fazemos a aquisição deste sistema, fazemos apenas uma transição do sistema. Faremos a gestão sem ficarmos com a propriedade do sistema e em compensação faremos a atribuição de uma renda pela utilização. Essa renda foi calculada com base na tarifa de disponibilidade para os municípios e multiplicando essa tarifa pelo número de municípios teremos uma renda no valor de 9 mil euros ano. Essa renda será revista todos os anos.

Seguidamente usou da palavra o Deputado José Albano Domingues para referir que no que se reporta à Freguesia de Couso diz-se que o Município de Melgaço implementará no terreno um novo sistema, mas não se prevê quaisquer prazos ou *timings* para o fazer, podendo o Município explorar a atual rede sempre e enquanto bem o entender.

Em termos de compensação, se fosse negociada a mutação dominial subjetiva, mediante contrato administrativo, com os valores adiantados pela ERSAR, somando os 10 pontos de captação e os 4 reservatórios, e já deixando de parte a rede de distribuição (cujos metros ou extensão desconhecemos), a Junta de Freguesia teria direito a receber qualquer coisa como 1.110.000,00 Euros.

Somos, finalmente, de parecer que a modalidade encontrada para proceder à transferência do sistema de abastecimento de água não respeita, neste caso, a lei.

É que a figura da “cedência de utilização de bens do domínio público”, prevista no artigo 23º do Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto, existe para os bens imóveis. E se podemos aceitar que um reservatório constitui um bem imóvel, e que a água se possa configurar como um bem imóvel enquanto subsiste integrada no solo ou subsolo, incorporada na terra, a verdade é que deixa de o ser a partir do momento em que é desintegrada, desafetada, do solo ou do subsolo, e conduzida para outros destinos, pelas condutas subterrâneas, em direção às casas de todos nós, passando, então, a ser um bem móvel. E disto nós não temos dúvidas de ordem alguma.

Seguidamente o Presidente da Câmara referiu que não é jurista. Mas que a sua equipa jurídica estudou o caso e as coisas estão bem enquadradas. Relativamente aos valores, o senhor Deputado já nos habituou a fazer contas simpáticas para as Juntas de Freguesia. O acordo que fizemos é justo, permitirá rapidamente fazer a revisão completa do sistema. Com a nova candidatura teremos 570 mil euros para começar a investir naquilo que é o combate às perdas. Felicitou ainda o Presidente da Junta de Couso pela ousadia em agarrar situação de forma séria, sem medos. São áreas rapidamente politizáveis e a área da água é estruturante. Seria desejável que fosse o menos politizável possível, não estamos a servir

nada nem ninguém, o que nos interessa é termos sistemas de qualidade para as pessoas e que sejam sustentáveis. É isso que nos move. Com estas operações não vamos ganhar dinheiro. Acrescentamos receita por via da cobrança, mas temos de acautelar e pagar o que é devido. Também será rapidamente percebido pelo povo que no início do ano, a 1 de janeiro, entrará em funções a Empresa das águas do Alto Minho e começarão a passar faturas às populações e rapidamente será fácil de comparar uma fatura de água do nosso conselho, com faturas de outros conselhos que aderiram a essa empresa.

O deputado José Albano Domingues voltou a usar da palavra para referir que esta matéria não é politizável, e pergunta como é possível afirmar que se está a politizar esta matéria quando é um facto, e todos (Câmara, Freguesias, e Coligação) aceitámos que o assunto da transmissão dos sistemas de abastecimento para o Município é polémico, que é tudo menos consensual e pacífico.

Diz o senhor Presidente da Câmara que o valor final, por nós apresentado como o da justa compensação à Freguesia, é o das “nossas contas”. Não são não senhor Presidente. Basta pegar nos critérios valorativos da ERSAR, que propõe 55.000,00 € para cada ponto de captação, 140.000,00 € para cada reservatório, e 60,00 € por cada metro linear das condutas, para facilmente se contabilizar e atingir os valores que nós apresentámos.

**Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 7 votos contra do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço.**

**As bancadas do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço e do Partido Socialista ficaram de apresentar declaração de voto.**

**Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.**

Assunto nº129	<b>Análise e deliberação da transição do sistema de abastecimento de água da titularidade da freguesia de Gave para o sistema Municipal;</b>
---------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que, se assim o entendesse, fizesse a introdução ao assunto. O Presidente começou por dizer que, a situação da freguesia da Gave engloba as duas soluções anteriores: uma parte do sistema está em condições e outra não e comprometemo-nos a investir nessa parte. Por fim, felicitou também o Presidente da Junta da Gave pela forma como encarou todo o processo.

De seguida solicitou a palavra o deputado José Albano Domingues para dizer que, no que respeita à Freguesia da Gave, valem aqui as observações e considerações já anteriormente expandidas quanto União de Freguesias de Parada do Monte e Cubalhão e Freguesia de Couso.

Também neste caso a justa compensação, incluindo os 4 pontos de captação, o reservatório da Sr.<sup>a</sup> do Alívio e os 11.500 metros lineares de extensão da rede de abastecimento atingem qualquer coisa como 1.050.000,00 €.

Não nos admira que, com valores destes, o Município prefira usar, nem que seja indefinidamente, e não comprar.



E neste caso, da Gave, com a nota de que até se confessa que as captações e reservatórios cumprem com as disposições regulamentares estabelecidas pela ERSAR.

O Presidente da Junta de Freguesia da Gave interveio para dizer que é um desafio que tinham de resolver. É obvio que não está totalmente satisfeito, mas era o possível. Reuniu com os habitantes da freguesia e 64% foram a favor de entregar à Câmara Municipal, na condição de manter as condições que constam no contrato. Disse ainda que subscrevia parte do que o Presidente da Junta de Freguesia de Parada do Monte referiu.

O deputado Paulo Cerdeira interveio para felicitar os três Presidentes de Junta em questão. Seguidamente deu o exemplo de Alvaredo, em que o sistema era obsoleto e encontraram uma solução inovadora. Para a freguesia só criava problemas e neste momento está a ser muito positivo.

Seguidamente voltou a intervir o Presidente da Câmara para dizer que em relação a Alvaredo todos temos noção do percurso histórico de 4 décadas de requalificação do sistema da água. Hoje o conceito é diferente, a água é um bem comum que tem de ser bem gerido.

O município, de acordo com a Lei, vai ser o gestor e tem de gerir bem, com rigor e qualidade e com um preço justo. O preço sobe e faz sentido que todos tenhamos a noção que a água tem valor. A água não é um negócio para a Câmara Municipal, apenas é um serviço. Pretende-se com isto, que esta rede chegue à excelência e que o município feche este ciclo da água.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 7 votos contra do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço.

**As bancadas do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço e do Partido Socialista ficaram de apresentar declaração de voto.**

**Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.**

Assunto nº130	Presente informação da Lista de Prédios degradados no Concelho de Melgaço para o ano 2019, bem como, aprovação da respetiva majoração do IMI a aplicar;
---------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a introdução ao assunto. O Presidente começou por dizer que este assunto já foi abordado no período de antes da ordem do dia.

Seguidamente usou da palavra o deputado Manuel Fernandes para referir que não tem problema em felicitar o que está bem feito, referindo-se ao documento. Quanto ao IMI, disse que taxar os prédios degradados num concelho como o nosso, que está numa fase acelerada de desertificação e despovoação, é mau. Há pessoas que têm prédios degradados e não têm dinheiro para fazer obras. Quanto à taxa do IMI de 0,32%, é uma forma das pessoas não investirem em Melgaço.

O deputado José Albano Domingues interveio para reforçar aquilo que será o sentido de voto do seu grupo. Concordou que também querem ver o património imobiliário

reconstruído mas, pegando no exemplo dos estudantes da ESDL, em que muitos deles não conseguem arranjar casa para arrendar, questionou porque não utilizar as verbas que podiam ser desprendidas e dinâmicas que poderiam ser criadas, e não são, para resolver estas situações pois, como todos sabem, infelizmente, o mercado não tem capacidade de resposta. Na sua perspetiva a abordagem tem que ser outra: criar apoios e incentivos positivos para que essa reconstrução seja possível.

Em resposta o Presidente da Câmara referiu que concorda que possamos ter algumas medidas positivas, mas isso não impede que tenhamos algumas medidas preventivas. Ambas de complementam.

Não havendo intervenções a presidente da assembleia colocou o assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 1 voto contra do deputado Manuel Fernandes e 7 abstenções do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço”.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº131	Análise e deliberação da proposta de contrair empréstimo de curto prazo até ao montante de 600.000.00 euros;
---------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar o assunto. O Presidente deu nota de que é um assunto recorrente nesta altura do ano, trazer a este órgão a autorização para contrair empréstimo a curto prazo. Para nós, do ponto de vista da tesouraria, é importante termos esta almofada. Fomos ao mercado, convidamos todos os bancos estabelecidos em Melgaço, para fazerem propostas. Uns fizeram, outros não. Nessas propostas destacou-se o Millenium BCP, com a oferta de 0,15 de spread para este crédito e é com ele que vamos negociar.

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado José Albano Domingues que referiu ser uma realidade a de que a Câmara Municipal de Melgaço vem recorrendo, por sistema, aos empréstimos de curto prazo, o que por norma ocorre uma vez por ano, mas sendo certo que desde a última vez passaram apenas cerca de oito meses, tendo presente que a última vez que um empréstimo com uma tal natureza foi aprovado nesta Assembleia o foi a 30 de abril de 2019.

Mais do que visando fazer face a pontuais constrangimentos de tesouraria, como vem argumentado na fundamentação para a sua contração, e está previsto na lei, assemelha-se a um regular instrumento de financiamento das contas do Município, ou reforçando que as “dificuldades de tesouraria” a que se alude na lei são, neste caso, permanentes.

É conhecido o nosso posicionamento nesta matéria.

Repetem-se como argumentos justificativos da contração deste novo empréstimo exatamente os mesmos que motivaram o pedido de outros (empréstimos) nos anteriores exercícios anuais, ou seja, a sazonalidade da cobrança da receita fiscal considerada estrutural do Município e a própria natureza de algumas rubricas orçamentais da receita, tais

como as rendas eólicas e o Imposto Municipal Sobre Imóveis, com os quais não concordamos.

E não concordamos porque a cobrança da receita municipal não sofre significativos desvios de tempos ou *timings* de ano para ano, encontrando-se previamente escalonada no tempo.

Já quanto às rendas eólicas e ao imposto municipal sobre imóveis de lembrar que, por imposição contratual, e em decorrência legal, se sabe, com anterioridade, quais os tempos ou prazos em que as mesmas irão ser recebidas e cobradas.

Entendemos que o recurso a empréstimos (de curto prazo) não pode ser visto, nas circunstâncias explanadas, como um instrumento ou ferramenta para suprir constrangimentos de tesouraria ou seja o que for.

Temos presente, por outro lado, que se trata de empréstimos que tem obrigatoriamente de ser amortizados no exercício anual.

E daí o sentido de voto que será o dos eleitos da Coligação, no sentido da abstenção.

Seguidamente o deputado Pedro Silva questionou se a antiga linha de crédito foi totalmente usada e o valor apresentado no documento que é a execução da receita de capital na ordem dos 32%, entrou também na utilização desta linha de crédito.

O Presidente da Câmara voltou a intervir para dizer que são duas coisas totalmente distintas: a execução da receita de capital e a contração da linha de crédito. Este ano precisamos de uma utilização maior desta linha. Tivemos de usar 350 mil euros e ficará resolvida no final do ano. Sempre que é estritamente necessário e em anos anteriores não tivemos tanta necessidade de utilizar.

Não havendo intervenções a presidente da assembleia colocou o assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 abstenções do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço".

O Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço ficou de apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº132	Análise e deliberação do Contrato Programa de Arrendamento com a Melsport. E.M.;
---------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o assunto. O Presidente referiu que: como é conhecimento de todos que tivemos alguns pedidos de ajustamento, feitos pelo tribunal de contas, quando fez a análise das contas da Melsport de 2015. E, alguns pedidos de ajustamento passavam pela revisão do contrato programa entre a Câmara Municipal e a Melsport. Depois do período eleitoral que houve no IPVC, fizemos de novo esta análise e revisão e trazemos dois momentos que regulam situações diferentes: o contrato programa da Câmara Municipal com a empresa Municipal Melsport que enquadra todo um conjunto de apoios ao desporto associativo e aos munícipes e por outro lado, o contrato de arrendamento que o município faz à Melsport, que regula

aquilo que é o apoio feito pela Câmara Municipal à ESDL, e com esse contrato de arrendamento fazemos o arrendamento do Complexo Desportivo Centro de Estágios para a EDSL . Um com valor de 300 mil euros e outro com valor de 343 mil euros, regulando assim e respondendo assim também ao Tribunal de Contas que nos fez este apelo no ano passado.

Seguidamente o deputado Pedro Silva dirigiu-se ao Presidente da Câmara para dizer que temos de ser claros, o que se trata não são recomendações que o Tribunal de Contas deu, mas sim do chumbo das contas. Já aqui tínhamos referido variadas vezes a situação não conforme que existia com as contas da Melsport. O executivo quis sempre tranquilizar a situação e referiu anteriormente que tudo estava acautelado, e que tinha havido alterações à lei que permitiam continuar com o enquadramento que existia. Ora esta proposta de contrato programa, vem desmentir essas afirmações, e vem provar que ao longo dos anos a Melsport só é sustentável com a subsidiação por parte do município em mais de 420 mil euros/ano. Este contrato programa vem apresentar uma pretensa solução para o problema, transferindo proveitos inscritos em Vendas para Subsídios à exploração, contrariando toda a argumentação usada pelo município. No entanto a solução, apesar do parecer que anexam, e que não passa disso mesmo, de um parecer, parece-nos ainda frágil e deixa-nos a dúvida se o tribunal de contas as vai aceitar.

Por fim questionou o Presidente da Câmara se pode garantir que o Tribunal de contas irá deixar passar as contas desta forma? E se não passarem as contas, qual o plano B que o executivo tem para tal situação?

Seguidamente o deputado Francisco Reis Lima fez a sua intervenção para deixar duas notas. Primeiro é apontada esta solução sendo o meio para continuar a solucionar o apoio e a colaboração com o IPVC, mas explorei o contrato de arrendamento, apesar de ser feita uma referência ao clube melgacense, não sei se fica acautelada a questão das obras no imóvel arrendado. porque as obras de conservação são da obrigação do proprietário.

O presidente da Câmara usou da palavra para corrigir que as contas de 2015 não foram aprovadas, no seguimento da não aprovação são feitas recomendações e foi isso que eu disse. Estamos a acatar as recomendações que foram feitas e já demos notas ao tribunal de contas de algumas alterações já feitas. Estes dois pontos que trazemos garantem que são aprovadas as contas de 2015? Não tenho garantia do tribunal de contas, nenhum autarca terá. Julgamos que estamos a fazer o caminho adequado, com consultoria séria, para podermos preparar estes dois documentos.

Seguidamente corrigiu o deputado Reis Lima referindo pontos do contrato de arrendamento. Referiu ainda que temos noção que este é o caminho certo. Conseguimos fazer a integração absoluta e a contribuição para a manutenção do desenvolvimento da empresa Melsport. Esta não é autossuficiente, mas continua a ter um contributo essencial para o Município, sobretudo do ponto de vista da presença da ESDL, que permitiu este ano a entrada de mais alunos, que está a crescer, pela qualidade da escola e a sua evolução, sendo inquestionável manter este apoio. Através do Centro de Estágios, temos todo um movimento associativo, desportivo que acontece no município. E, permite-nos alavancar iniciativas ao longo do ano que são importantes para a economia local.

Seguidamente o Deputado Francisco Reis Lima pediu desculpa pelo lapso de ter feito referência ao IPVC. Contudo, relativamente ao contrato surgiram-lhe algumas dúvidas:

primeiro o objeto do contrato é arrendamento à Melsport dos seguintes espaços para usufruto do IPVC, logo à partida temos aqui uma restrição do objeto na qual aparentemente a própria Melsport não poderia usar a não ser para esse usufruto.

O Presidente da Câmara respondeu ao deputado que na cláusula 5 tinha a resposta à sua questão.

Seguidamente o deputado Reis Lima referiu que o que está aqui em causa é que ou se dá o arrendamento que permite o uso, ou se está a dizer que o arrendamento, excecionalmente, poderá ser usado em certos momentos pelo outro. O objeto aqui não tem uma definição correta. Segundo ponto, não está aqui estabelecido devidamente, ou vai levantar questões, o facto de o objeto principal ser o usufruto do IPVC e a Melsport ter de pagar renda. O que está aqui a dizer é que a Melsport vai ter um encargo para permitir que outra entidade tenha esse usufruto. Existe ou está contabilizado por outra via a relação entre a Melsport e o IPVC? A Melsport não será colocada em causa por ter encargos, que vai ser benéfico para uma 3ª entidade?

Ao construir isto como sendo um arrendamento de usufruto do IPVC, estamos a dizer que o encargo da renda, não é para benefício da Melsport, mas sim de uma outra entidade que não está aqui referenciada. Apenas lanço o alerta, são perguntas que suscitam e devem ser avaliadas para não permitir novas reprovações das contas.

O Presidente da Câmara apenas acrescentou ao Deputado que há um outro documento que não está aqui que é o Protocolo entre a Câmara Municipal e o IPVC de 2005 e que foi revisto em 2011 e que previsivelmente virá à reunião de fevereiro, que esclarecerá algumas dúvidas.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 abstenção do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço.

O da Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço ficou de apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº133	Análise e deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2020;
---------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o assunto. Este começou por fazer a apresentação do documento, referindo que este orçamento procura fazer o exercício continuado de consolidar as contas da autarquia, mas também é ambicioso e dirigido. O valor que está expresso na globalidade do orçamento é de 19.903.620 euros, como se pode observar tem alguma variação nas transferências nos impostos diretos, mas sobretudo variação nas transferências vindas da tutela, porque se assumiram responsabilidades e competências na área da educação, portanto os valores que até agora eram disponibilizados pela tutela às escolas, passam a ser disponibilizadas à autarquia. As receitas de capital estão também plasmadas no documento.



Seguidamente deu nota relativamente às despesas correntes, concretamente com a despesa de pessoal que se mantém alinhada com os valores dos últimos anos. Tem-se procurado fazer um exercício de forma a não mexer nesta despesa. Falou da despesa de capital que está também plasmada no quadro, que traduz a ambição do município ao nível do investimento no próximo ano. Depois, no quadro dos grandes investimentos, falou no abastecimento da água e saneamento. No abastecimento da água referiu que se está com um valor diferente do ano passado, estando praticamente fechado o ciclo urbano da água. Foi agora submetida uma nova candidatura para saneamento básico. Referiu ainda investimento ao nível de equipamentos desportivos e de lazer e também a intervenção na rede viária.

Quanto aos grandes investimentos para o próximo ano, referiu que está a arrancar a rede de trilhos pedestres a que se somará o Trilho do Mouro; a candidatura no investimento nos sistemas de água para o nosso município; o Investimento na Zona Empresarial de Alvaredo (o valor que ali está é para iniciar a sua realização no próximo ano, valor que transitará para o ano 2021); a reabilitação da antiga escola primária da Vila e a requalificação das piscinas municipais.

Seguidamente, deu nota que a rede de trilhos tem financiamento aprovado; a redução de perdas no sistema de abastecimento de água tem financiamento aprovado; a Zona Empresarial de Alvaredo está submetida a candidatura, não estando ainda aprovada; a reabilitação da antiga escola primária da Vila também está a candidatura submetida ao património cultural e, a requalificação das piscinas, não está ainda submetida, será feita no âmbito da IFRU.

Prosseguiu dizendo que considera ser importante no próximo ano recorrer ao crédito no âmbito do Banco Europeu de Investimento para as intervenções no sistema de água, no controlo de perdas; para fazer frente à despesa da Zona Empresarial de Alvaredo e também recorrer ao crédito para a reabilitação da antiga escola primária da Vila. O município tem feito um processo de redução sustentada dos últimos 7/8 anos, do crédito de médio e longo prazo. Este ano será de alguma inversão. Teremos mesmo de recorrer ao crédito para poder alavancar todos esses investimentos importantes para o município. Com a missão de conseguirmos chegar ao fim do mandato com menos crédito, do que o que tínhamos no início do mandato. Seguidamente falou do que previsivelmente serão alguns ajustamentos: o apoio às associações, referindo o apoio direto à Associação Humanitária dos Bombeiros, que este ano foi de 98.380 euros. Para além deste apoio existem ainda 4 funcionários da autarquia que estão a trabalhar nessa associação. No próximo ano teremos uma previsão de apoio direto de 120.000 euros, no que concerne às despesas correntes e 14.320 euros quanto à despesa de capital, para além do apoio a outras associações. Do ponto de vista do capital, para além da associação humanitária, temos a Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, com quem temos o compromisso e à qual durante estes 2 anos demos um apoio de 15.000 euros para as obras de Igreja da Misericórdia, ficando outros 15.000 euros para se atribuírem no próximo ano. Em relação à APPACDM e outras associações, está previsto arrancar no próximo ano um Programa Pares com verbas para a recuperação de equipamentos. A paróquia de Chaviães também tem em mãos uma obra estruturante na sua igreja. Em relação ao empréstimo a médio/longo prazo, terminaremos o ano com um valor de 4,4 milhões. Em



relação às despesas de pessoal não temos tido nenhum desalinhamento nos últimos anos e manteremos este alinhamento para o ano de 2020. As regras do equilíbrio orçamental serão cumpridas de acordo com a lei.

O deputado Pedro Silva solicitou da palavra para antes de mais referir o esforço de clareza que impera nos documentos apresentados e a evolução de qualidade que tem havido na apresentação dos mesmos. Tem ainda que lhe ser dado o mérito ao executivo de ter equilibrado as contas municipais. Mas, já tinha referido numa sessão anterior, que o Presidente não deveria imitar o Ministro Mário Centeno, obcecado com o défice e esquecendo-se das pessoas e do desenvolvimento que Melgaço precisa. Temos GOP's e Orçamentos de continuidade. Neste mandato, nada muda. Sucedem-se documentos que pouco variam e que copiam ano após ano as mesmas receitas. Algumas delas esgotadas, outras datadas, outras comprovadamente falidas. Tínhamos uma esperança, que houvesse um rasgo de criatividade, um esforço para colocar o nosso concelho numa posição mais confortável em termos de desenvolvimento, em dar um vislumbre de futuro a quem aqui vive, ou quer vir a viver, a quem quer cá investir. Mas nada disso emana destes documentos. Há projetos que se eternizam nestes documentos, sem saírem do papel. Outros desaparecem. Não há uma aposta efetiva em habitação social, não há um apoio efetivo às IPSS's que ajudam uma população cada vez mais envelhecida, não há uma aposta efetiva na captação de investimento (4 ou 5 anos para se fazer uma zona industrial é uma eternidade em que tudo no mundo muda), há um desequilíbrio enorme nas verbas entregues às Juntas de Freguesia. Temos um orçamento cada vez mais assente num peso enorme das despesas correntes, que ascendem já a mais de 11 milhões de euros e, despesas de capital de apenas 8 milhões (menos 1 milhão e 300 mil euros que o orçamento para 2018). Sabemos ainda que as execuções depois de se apresentarem orçamentos de 19 milhões, ficam em valores muito mais baixos, pelo que estes orçamentos que anualmente nos apresentam são apenas instrumentos de intenções. Intenções que a maior parte das vezes não saem do papel. Há opções que nos deixam muitas dúvidas e que merecem reflexão: 1º- 1,4 milhões de verba para Desporto e Lazer. 2º- 92 mil euros para habitação. 3º- mais de 160 mil euros para comunicação e propaganda. Em relação ao Centro de Estágios, mantêm-se a situação frágil de exploração e há números que deixam dúvidas: têm de custos de alojamento para estágios quase 92 mil euros e tem proveitos com estágios de 113 mil euros. Se ao alojamento somarmos todos os outros custos inerentes, está a Melsport a vender estágios com prejuízo?

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado José Albano Domingues que em adenda à explanação feita pelo Presidente da Câmara, a propósito do documento em análise, temos de dizer que o reforço das receitas transferidas da Tutela não se verifica apenas em decorrência de as transferências da parte da Educação passarem a ser feitas diretamente para a Câmara, mas também por força das delegações de transferências, a este nível constando do Orçamento uma verba na ordem, dos 800.000,00 Euros.

Temos também a realçar que não obstante nos quadros apresentados pelo Presidente da Câmara constar, no que concerne à Zona Empresarial de Alvaredo, uma verba de mais de 2.711.000,00 euros, o que documento apresenta, para o ano de 2020, é apenas, e ao que se julga com uso de verbas próprias do Município, o montante de 353.000,00 Euros, segundo estamos em crer destinado à aquisição dos terrenos e seu pagamento aos particulares.

Secundámos o nosso Colega de bancada, Deputado Pedro Silva, quando refere estarmos perante um documento que constitui praticamente uma cópia do de anos anteriores.

Preocupa-nos a ausência de uma estratégia consistente e concertada que permita reverter o processo de perda e de envelhecimento populacional e a ausência de significativa criação de postos de trabalho e de fixação dos nossos jovens, aliada à incapacidade de atração de investimento privado.

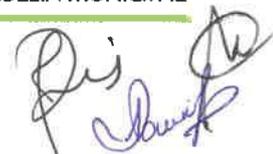
Não nos preocupam apenas os números, mas antes a qualidade de vida e as condições de empregabilidade e de exercício profissional para todos aqueles que escolhem Melgaço para viver.

Há obras que reputamos por essenciais para o concelho, dando como exemplo a da Zona Empresarial, que gostaríamos de ver avançar com outra celeridade ou a um ritmo muito mais elevado, assim como a requalificação, que urge, por nos dever envergonhar o estado em que se encontra (com baldes e bacias a recolher as pingas que caem da cobertura) do edifício das piscinas municipais (obra que, segundo sabemos, ficará na dependência de financiamento do IFFRU e da banca), ou as obras e o apetrechamento da Casa da Cultura, indispensável para a ocupação, lazer, e oferta cultural dos Melgacenses, e que continuará, infelizmente, na gaveta, à espera que apareçam verbas.

Vemos inscritos valores no documento, quer da parte da receita quer da parte da despesa, mormente de capital, que apenas aí constam para empolar ou inflacionar o Orçamento, levando a que depois a realização ou execução orçamental fique por níveis chocantemente baixos, como é o caso da despesa de capital, umbilicalmente ligada ao investimento, como está a acontecer no corrente ano, onde, praticamente terminado o ano, e de acordo com os dados que nos foram facultados, nem sequer atinge os 50%.

Relembrando-se, finalmente, e mesmo do lado da receita, a necessidade de rigor, e o critério e orientações emanados da DGAL, no sentido de que não pode haver 3 exercícios consecutivos em que a realização orçamental da receita fique aquém dos 85%". Temos que em 2017 foi de 61,9%, em 2018 de 74,95%, e em 2019, até 13/12, situa-se 64,88%, o que nos leva a concluir que, sendo este o 3º ano, vamos, de facto, violar as regras ou critérios da DGAL.

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que em relação à realização orçamental disse que estamos a fazer todos os esforços para que este ano tenhamos uma realização orçamental que satisfaça esse critério, de forma que possamos ficar isentos dessa recomendação ou de qualquer outra penalização que venha a acontecer. Sobre a questão de estar a fazer pouco investimento para a captação de pessoas, isto é, pouco investimento do ponto de vista público/privado no município, referiu que o orçamento revela precisamente o contrário. Vai-se, nos próximos anos, fazer um elevadíssimo investimento. O que se tem feito nos anos anteriores, foi um investimento que não se vê. Um investimento sério e estruturante e depois quase não se dá pela sua existência: a rede de água e o saneamento. Temos feito muito investimento, nessas áreas, nestes últimos anos no município. Falta fazer investimento em áreas e equipamentos que precisam dele urgentemente e é essa a ambição do município. Investimento na Zona Empresarial de Alvaredo: no orçamento apenas está considerado na despesa o valor para a aquisição dos



terrenos, porque ainda não temos a candidatura aprovada, quando isso acontecer o orçamento será alterado e incorporará essa outra despesa/receita que o investimento terá já em 2020, com o arranque dessa obra. O investimento para as piscinas é fundamental: vamos avançar, através do IFFRU, que nos vai pesar nas contas futuras, mas que é um investimento fundamental de requalificação das piscinas. Em relação à Casa da Cultura também temos um excelente projeto, mas temos que priorizar. Tivemos que fazer opções e a Casa da Cultura ficou de fora neste orçamento. Não temos dúvidas que ainda durante o mandato teremos janelas de oportunidades para poder avançar com esse mesmo projeto. Quanto à questão das competências, no que se refere a se havia alguma incongruência entre os 800 mil euros das competências, respondo que não há incongruências. Em relação aos apoios às IPSS's, gostaríamos de poder transferir para as mesmas outro valor, mas não é possível, está-se a dar outro tipo de apoio e temos acompanhado algumas delas no sentido de encontrar outras soluções. Este executivo estará sempre disponível para dar todo o apoio necessário a essas IPSS's, nomeadamente, nos projetos para que depois sejam feitas as candidaturas. A Santa Casa da Misericórdia tem urgência na requalificação do Lar Pereira de Sousa e o Centro Social de Parada do Monte- Alto Mouro tem um projeto para poder finalmente ter o equipamento qualificado para poder fazer o seu trabalho na zona de montanha. Castro Solidário e o Centro Paroquial de Chaviães também têm ambições a este nível. Estaremos atentos e daremos todo o apoio que for possível.

Quanto ao investimento privado, este existe e todos sabem que está a avançar a grande ritmo o projeto de construção do Grande hotel do Peso, com o projeto praticamente aprovado na Câmara. Tudo está a correr para que no próximo ano, a obra possa arrancar. Existe investimento privado a chegar em grande força ao nosso município. A questão da habitação é uma questão delicada e é da competência da Câmara Municipal fazer tudo para que as coisas se desenvolvam, mas é sobretudo um desafio para os empresários. Considera que alguns empresários estão a perder a oportunidade de negócio no nosso município, e era importante que se comesçasse a fazer algum investimento na habitação, porque há uma enorme necessidade. Mantem-se atentos sobretudo à questão do alojamento dos estudantes. Neste momento com as equipas do IPVC está-se a desenvolver todo um trabalho para possivelmente aproveitar a antiga escola primária de Prado, requalificada, para poder ser utilizada para alojamento de estudantes. O orçamento não está inflacionado. Se conseguirmos colocar todos estes investimentos ainda no próximo ano, com mais investimento que iremos obter via banca com o IFFRU teremos uma realização no final de 2020 superior aquilo que hoje estamos a falar. Consideramos este orçamento ambicioso.

Não havendo mais intervenções a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 7 votos contra do Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço.

O da Grupo da Coligação P'ra Frente Melgaço e o Partido Socialista ficaram de apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

**Assunto nº134 | Intervenção do Público;**

A Presidente da Assembleia questionou se alguém do público desejava intervir.

Solicitou da palavra Elisabete Lima, apresentando-se como capacitária da Empresa Mobilytaxi, Unipessoal Lda, na qual presta serviços de gestora de transportes. Referiu, que são uma empresa que no presente ano letivo executa 10 dos 15 circuitos especiais de transporte escolar em Melgaço e, na reunião da Assembleia Municipal de setembro, foram levantadas questões que colocam em causa o bom nome e a reputação da empresa e o profissionalismo dos seus colaboradores, pelos deputados da Coligação P'ra Frente Melgaço, na pessoa do Drº José Albano Domingues. Tiveram conhecimento das referidas questões através de um artigo escrito pelo deputado José Albano Domingues e publicado no Jornal "A Voz de Melgaço" de 1 de outubro. Prosseguiu, dizendo que já manifestou o seu desagrado junto do Deputado, visto serem acusações falsas e infundadas, baseadas nos "diz que disse", do orgulho ferido de uma outra empresa da concorrência e também por não terem atendido um ou outro capricho de alguns encarregados de educação. As questões levantadas foram colocadas ao executivo e com certeza já obtiveram resposta.

A empresa Mobilytaxi está a cumprir na íntegra o proposto no caderno de encargos e nas propostas apresentadas pela mesma.

Esta empresa não admite que ponham em causa o seu trabalho e este é o local certo para tratar deste assunto, uma vez que foi aqui levantado. O artigo do jornal tem o valor que tem, mas quando é referido num ato público, numa Assembleia Municipal, então as coisas mudam bastante de figura, e é aqui, que se sente na obrigação de se manifestar. Pretende que os Sr's deputados que já verificaram que se enganaram, assumam que as questões que levantaram na última Assembleia, em tom de preocupação, são falsas.

Terminou a sua intervenção dizendo que se possível, gostaria que os Sr's deputados lhe digam quais foram as fontes a que recorreram para proferirem as ditas acusações/questões? Querendo ainda que procedam nesta Assembleia a um esclarecimento onde retifiquem esse equívoco.

Seguidamente a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Deputado José Albano Domingues, que começou por dizer que obviamente a Elisabete Lima não tem noção do que é uma assembleia destas. É uma assembleia onde tem que se discutir os problemas, fazer alertas sobre aquilo que interessa à comunidade e aquando dessa intervenção foi repetidamente dito que a todos deve preocupar, assegurar o bem-estar e a segurança dos nossos filhos. Acrescentou que não andou nas viaturas da Mobilytaxi, não apurou presencialmente nada do que lá se passou, alguém lhes deve ter trazido essa informação. Sente-se completamente fora de guerras entre a Mobilytaxi e a outra empresa concorrente. Acrescentou que a Sra. Elisabete Lima acabou de admitir que houve pais que fizeram esta verificação/vigilância e isso para nós é sintomático, assim como, a necessidade de vir a esta assembleia dar explicações pois revela que a carapuça serviu. Seguidamente questionou os elementos da assembleia se na intervenção que fez nomeou a empresa Mobilytaxi. Afirmou não ter acesso ao caderno de encargos porque não foi publicado no portal nem solicitou consulta nos serviços da Câmara. É mais que claro, que a nossa função é alertar, fazer apelos e, é normal, que uma parte contratual fiscalize as preocupações que veiculamos aqui.

Não tendo mais explicações a dar, não entendeu que deveria que apresentar mais qualquer tipo de esclarecimento ou desculpa.

Antes de terminar a reunião a Presidente da Assembleia deu os parabéns pelo modo como decorreram os trabalhos da Assembleia Municipal e aproveitou para desejar a todos os presentes Umas Boas Festas.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 13h21 minutos, foi a reunião encerrada pela senhora Presidente da Mesa, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira  
*Presidente da Mesa da Assembleia*

*Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves*

António Manuel Domingues  
*1º Secretário da Mesa da Assembleia*

Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues  
*2ºsecretária da Mesa da Assembleia*

*Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues*

# **PARTIDO SOCIALISTA**

## **Secção de Melgaço**

### **Reunião da Assembleia Municipal de 21 de Dezembro de 2019**

**Assunto: Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020**

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA**

O Plano e Orçamento, apresentado nesta Assembleia Municipal, vêm de encontro às grandes linhas de atuação anunciadas pela maioria socialista seguindo, assim, uma tónica de verdade e seriedade que tem sido "marca" dos socialistas melgacenses.

Em 2020 continuará o trabalho que vem sendo desenvolvido em prol de um território mais competitivo e mais atrativo para todos aqueles que nele queiram viver, investir, trabalhar e visitar. Continuará a aposta num conjunto de iniciativas assentes na estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho e de melhoria da qualidade de vida para quem nele habita.

**O Plano e Orçamento para 2020, no montante de cerca de 20 milhões de euros, alicerçado numa carteira de obras e projetos concretos e dinamizadores, demonstram o trabalho responsável e dinâmico da autarquia.**

Trata-se de um Plano que abrange as mais diversas áreas do desenvolvimento e da economia concelhia, indo desde o planeamento e ordenamento do território até ao desenvolvimento económico, passando pela cultura, pela formação/educação e pelo desporto, abrangendo, também, áreas tão importantes como o abastecimento de água, o saneamento básico e a melhoria da rede viária e não esquecendo a política social, que continua a ser uma das grandes prioridades da autarquia.

Destacamos, também, o reforço do diálogo existente com as Freguesias, o que vem reforçar a intenção do executivo em continuar a trabalhar, numa estreita parceria, com as Juntas de Freguesia, parceria essa que tem, ao longo dos anos, trazido desenvolvimento a todo o concelho.

**Por tudo isto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente os documentos apresentados.**

Melgaço, 22/12/2019

*PP*  
O Grupo do Partido Socialista  


# **PARTIDO SOCIALISTA SECÇÃO DE MELGAÇO**

## **Reunião da Assembleia Municipal de 21 de Dezembro de 2019**

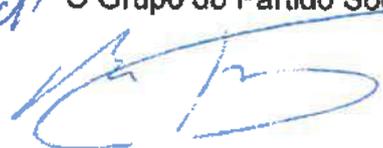
**Assunto: Análise e deliberação da transição do sistema de abastecimento de água da titularidade da freguesia da Gave para o sistema municipal**

### **DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA**

Votamos a favor deste ponto da ordem de trabalhos, depois de verificada a consistência dos pressupostos apresentados.

Para além do exposto salientamos o intenso diálogo existente entre a Câmara Municipal de Melgaço e a Junta de Freguesia da Gave, que acabou por consubstanciar o documento agora apresentado a esta Assembleia Municipal.

Melgaço, 22/12/2019

 O Grupo do Partido Socialista  


**PARTIDO SOCIALISTA  
SECÇÃO DE MELGAÇO**

**Reunião da Assembleia Municipal de 21 de  
Dezembro de 2019**

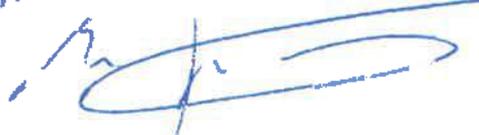
**Assunto: Análise e deliberação da transição do sistema de  
abastecimento de água da titularidade da freguesia de Couso  
para o sistema municipal**

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA**

Votamos a favor deste ponto da ordem de trabalhos, depois de verificada a consistência dos pressupostos apresentados.

Para além do exposto salientamos o intenso diálogo existente entre a Câmara Municipal de Melgaço e a Junta de Freguesia de Couso, que acabou por consubstanciar o documento agora apresentado a esta Assembleia Municipal.

Melgaço, 22/12/2019

*Pe* O Grupo do Partido Socialista  


# **PARTIDO SOCIALISTA SECÇÃO DE MELGAÇO**

## **Reunião da Assembleia Municipal de 21 de Dezembro de 2019**

**Assunto: Análise e deliberação da transição do sistema de abastecimento de água da titularidade da freguesia de Parada do Monte para o sistema municipal**

### **DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA**

Votamos a favor deste ponto da ordem de trabalhos, depois de verificada a consistência dos pressupostos apresentados.

Para além do exposto salientamos o intenso diálogo existente entre a Câmara Municipal de Melgaço e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Parada do Monte e Cubalhão, que acabou por consubstanciar o documento agora apresentado a esta Assembleia Municipal.

Melgaço, 22/12/2019

 O Grupo do Partido Socialista  


# **PARTIDO SOCIALISTA SECÇÃO DE MELGAÇO**

## **Reunião da Assembleia Municipal de 21 de Dezembro de 2019**

**Assunto: Aprovação do Plano de Desenvolvimento Sustentável e  
Solidário (PDSS)- 2020**

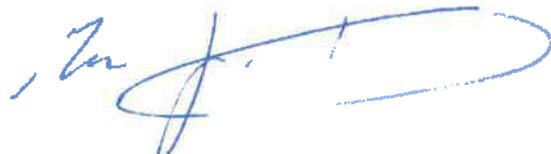
### **DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DO PARTIDO SOCIALISTA**

Votamos a favor deste ponto da ordem de trabalhos, porque com a apresentação do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para 2020, a autarquia pretende continuar a apostar num desenvolvimento sustentável e solidário para o Concelho, levando, ainda, mais longe um conjunto abrangente e coerente de políticas sociais.

São medidas que intervêm desde a natalidade até a terceira idade, passando pela ajuda aos casais jovens e criando, também, incentivos e isenções que visam aprofundar a política de fixação de população, bem como prevê também a continuação do apoio ao investimento.

Os resultados obtidos, nos diversos anos de aplicação deste Plano são garantia que, pese as dificuldades que o país atravessa, estas medidas, de cariz humano, solidário e social, continuarão a ajudar as famílias Melgacenses a acreditar que é possível melhorar a qualidade de vida e, conseqüentemente, continuar a desenvolver o Concelho.

Melgaço, 22/12/2019

  
O Grupo do Partido Socialista  




## **Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço**

### **DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DA COLIGAÇÃO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº "3." DA "ORDEM DO DIA" DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 21/12/2019**

**("Análise e deliberação do Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável para o ano de 2020")**

Mais um ano volvido, importa, de facto, fazer um balanço do que tem sido as medidas implementadas a este nível ao longo dos últimos onze anos, concretamente desde o ano de 2008, e tirar conclusões acerca do seu sucesso ou insucesso, do real impacto que vem tendo na realidade do território e no contexto das famílias melgacenses.

E aqui, trazendo à luz do dia a crueldade dos números que ressumam do histórico que nos vem documentado, temos de dizer que a política do executivo PS falhou, e falhou claramente.

Relembramos que os propósitos visados com o PDSS se estruturam em três eixos: "fixação da população", "rejuvenescimento" e "solidariedade social".

E falamos de frustração das metas a que o Executivo se propôs porque a população de Melgaço continua a diminuir, de forma preocupante, continuando a migrar, seja para o estrangeiro seja para outras regiões ou concelhos do todo nacional, encontrando-se cada vez mais envelhecida.

Já no tocante à vertente "solidariedade social", cabe aqui relevar o importante papel da rede de Instituições Particulares de Solidariedade Social existentes no concelho, e que a Câmara Municipal tem apoiado, de facto, mas numa medida que, a nosso ver, peca por ficar muito aquém do que seria expectável e desejável a este nível.

Dizemos que a política do executivo PS falhou, com base naquilo que são os dados e os números concretos, assinalando, por exemplo, que ao nível dos incentivos à natalidade/adoção se verifica, entre 2008 e 2019, em apoios e valores, um decréscimo na ordem dos 50%, que no domínio da saúde o número de apoios registados no corrente ano de 2019 corresponde a apenas um terço do de há dois anos atrás, que no campo do arrendamento/crédito à habitação em 2019 temos zero apoios, que no que concerne aos auxílios económicos



## Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

aos alunos o decréscimo, entre 2008 e 2019, é superior a 40%, que no apoio aos casais jovens nos últimos nove anos os apoios foram zero, e, também sintomático da ausência de dinâmica empresarial no concelho, que em todo o ano de 2019 não houve projetos candidatos ao Melgaço Finicia.

De outra banda, e em contrapartida, o nível da receita gerada pelo IRS que é transferida para o Município subiu, entre 2012 e 2019, cerca de 600.000,00 €uros, mais de 43%. Ou seja, enquanto a população residente desce de forma preocupante os impostos sobre os cidadãos sobem abruptamente, o que, curiosamente, acontece desde o ano de 2014 e o que diz bem do peso da crescente carga fiscal sobre as famílias, sobre os portugueses, e sobre os melgacenses em particular.

Este aumento exponencial da carga fiscal poderia, a nosso ver, ser minorado, se houvesse vontade do executivo PS em reduzir, ou abdicar, da taxa de 5%, que recebe do IRS de todos nós, residentes no concelho.

Por outro lado, no que toca à regeneração urbana os prédios em deficientes condições de conservação, salubridade ou segurança, ou em ruínas, aumentaram, entre 2008 e 2019, de 54 para 308, um aumento de 570%, sinal do contínuo e progressivo abandono do nosso património imobiliário, indicador também nada abonatório ou positivo para o concelho.

Já quanto às medidas a implementar para o próximo ano de 2020 assinalámos um registo de quase continuidade, um rol de medidas avulsas, de pequeno ou nulo impacto prático no quotidiano e na realidade melgacense.

É um facto o de que os valores aprovados, por exemplo, para subsídio de nascimento ou adoção – 500,00 €uros -, reembolso da mensalidade com a Creche – máximo de 75,00 € -, auxílios económicos aos alunos – 40,00 € para os alunos do 1º ciclo do ensino básico incluídos no 1º escalão e 20,00 € para os do 2º escalão, e, quanto ao pré-escolar, 25,00 € para os alunos do 1º escalão e 12,50 € para os do 2º -, os apoios às famílias no domínio da habitação e da saúde – máximo de 300,00 €/ano -, se tem revelado perfeitamente exíguos e insuficientes para reverter a curva descendente.

A verdade é que os valores monetários dos apoios se revelam perfeitamente insignificantes ou residuais, o que, aliado à necessidade de tramitação da parte documental ou burocrática, leva a que as pessoas não adiram.



## Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

Benéficas medidas de impacto fiscal aportariam, seguramente, resultados mais visíveis nesta matéria.

Hoje as pessoas procuram os concelhos onde lhes forem oferecidas as melhores condições para residir e para trabalhar.

Defendemos, por isso, que o IMI dos prédios urbanos se deveria quedar pela taxa mínima de 0,30%, e, bem assim, que o Município de Melgaço deveria abdicar, renunciar, ou reduzir significativamente, a participação que lhe cabe – de 5% - nas receitas do IRS, como o tem feito outros Municípios que, não obstante também serem do Alto Minho, tem conseguido estancar, e até reverter, o processo de sangramento populacional.

Finalmente, e defendendo que verdadeira *“política de incentivo para a regeneração urbana”* não é agravar em 30% a taxa de IMI, que incentivo seria, antes, apoiar, subsidiar, isentar (por exemplo de taxas de urbanização e edificação), simplificar (através da introdução de normas específicas nos instrumentos de organização, ordenamento e planeamento do território, que facilitem a reconstrução), e, finalmente, agilizar procedimentos, pois que não é penalizando que se incentiva seja o que for, seja quem for.

É, pelo exposto, o nosso expresso sentido de voto (contra).

Os eleitos do PPD/PSD no Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”.



## **Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço**

### **DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DA COLIGAÇÃO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº "10." da "ORDEM DO DIA" DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 21/12/2019**

**("Análise e deliberação da proposta de contrair empréstimo de curto prazo até ao montante de 600.000,00 Euros")**

É uma realidade a de que a Câmara Municipal de Melgaço vem recorrendo, por sistema, aos empréstimos de curto prazo, o que por norma ocorre uma vez por ano.

Desta feita nem um ano decorreu desde o recurso, pela última vez, a este instrumento de financiamento no imediato, tendo presente que a última vez que um empréstimo com tal natureza foi aprovado nesta Assembleia o foi em 30 de abril de 2019, há tão-somente cerca de oito meses a esta parte.

Mais do que visando fazer face a pontuais constrangimentos de tesouraria, como vem argumentado na informação que nos foi distribuída, e está previsto na lei, os empréstimos de curto prazo, pela sua regularidade, demonstram que as "dificuldades de tesouraria" são, no concreto caso de Melgaço, permanentes.

É conhecido o nosso posicionamento nesta matéria.

Repetem-se como argumentos justificativos da contração deste novo empréstimo exatamente os mesmos que motivaram o pedido de outros (empréstimos) em anteriores exercícios orçamentais, ou seja, a sazonalidade da cobrança da receita fiscal considerada estrutural do Município e a própria natureza de algumas das rubricas orçamentais da receita, tais como as rendas ólicas e o Imposto Municipal Sobre Imóveis.

Os aduzidos argumentos não colhem, a nosso ver, e não colhem porque a cobrança da receita municipal não sofre significativos desvios de tempos ou *timings* de ano para ano, encontrando-se previamente escalonada no tempo.

Já quanto às rendas ólicas e ao imposto municipal sobre imóveis de relembrar que, por imposição contratual, e em decorrência legal, se sabe, com anterioridade, quais os tempos ou quais os prazos em que as mesmas irão ser recebidas e cobradas.



## **Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço**

**Entendemos que o recurso a empréstimos (de curto prazo) não pode ser visto, nas explanadas circunstâncias, como um instrumento ou ferramenta para suprir constrangimentos de tesouraria, ou seja o que for.**

**Temos presente, por outro lado, que se trata de empréstimos que tem obrigatoriamente de ser amortizados com o limite temporal de um ano.**

**É, em função de quanto foi precedentemente exposto, o sentido de voto dos eleitos da Coligação (abstenção).**

**Os eleitos do PPD/PSD no Grupo Municipal da Coligação "Prá Frente Melgaço".**

## **Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço**

### **DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP SOBRE O SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO MUNICIPAL .**

22/12/2019

Apesar dos últimos anos o executivo ter seguido um caminho de melhoria e consolidação das contas municipais, e de ter consecutivamente reduzido a dívida de medio e longo prazo, as prioridades das pessoas e do desenvolvimento que o nosso concelho necessita passam também por investimento estrutural e multiplicador para servir de motor á captação de investimento e emprego.

Como refere várias vezes o sr. Presidente, as Grandes Opções do Plano e Orçamentos têm sido de continuidade, de continuidade porque pouco ou nada mudam ano após ano. Copiam-se as mesmas receitas. Algumas delas esgotadas, outras datadas ou comprovadamente falíveis .Ora o Orçamento não é apenas um instrumento financeiro e orçamental, é também um instrumento político, e dele devem emanar opções e medidas que melhorem a vida e a qualidade de vida das populações.

De um executivo espera-se sinais de esperança, uma marca de criatividade, um esforço para colocar o nosso concelho numa posição confortável em termos de desenvolvimento, em contrariar as estatísticas que se degradam continuamente, a capacidade de dar um vislumbre de futuro a quem aqui vive ou quer vir a viver, a quem aqui quer investir.

Mas nada disso está presente nestes documentos.

Ano após ano, este executivo brinda-nos com Grandes Opções do Plano e Orçamentos, que não passam de planos de intenções. Planos de Intenções que pouco vão sendo concretizados e que vão empurrando para a frente obras que poderiam ser estruturantes e criadoras de valor para o nosso concelho e para as nossas gentes. Para se fazer um brilharete uma vez por ano, o executivo entrega-nos uma lista de investimentos e números previsionais que depois não saem do papel.

Não há uma aposta efetiva em habitação, não há um apoio suficiente às IPSS's que ajudam uma população cada vez mais envelhecida, não há uma aposta na captação de investimento – 5 anos para se fazer uma nova zona Industrial é uma eternidade, dos 2 milhões 771 mil euros previstos, o Orçamento contempla para o ano de 2020 apenas 353 mil euros –, obras que não saem do papel ou que se eternizam nos documentos – a requalificação das Piscinas Municipais, a requalificação da Casa da Cultura.

Apresentam um orçamento onde o peso das despesas correntes é cada vez maior, ascendendo já a quase 12 milhões de euros, e onde o investimento decorrente das despesas de capital é de apenas 8 milhões.

8 milhões ilusórios pois sucessivamente ano após ano, a execução de despesas de capital fica muito abaixo do esperado. Este ano, por exemplo, a 13 de Dezembro a execução não chega a 48% e provavelmente fecharemos o ano com pouco mais de 4 milhões executados.

Por fim há opções que nos deixam dúvidas e que carecem de reflexão, como por exemplo:

- **1,4 milhões de Euros para Desporto e Lazer versus 92 mil euros para habitação versus mais de 160 mil euros para comunicação e propaganda?**

**Relembrando-se, finalmente, e mesmo do lado da receita a necessidade de rigor, e o critério e orientações emanados da DGAL, no sentido de que não pode haver 3 exercícios consecutivos em que a realização orçamental da receita fique aquém dos 85%. Temos que em 2017 foi de 61,9%, em 2018 de 74,95%, e em 2019, até 13/12, situa-se 64,88%, o que nos leva a concluir que, sendo este o 3º ano, vamos, de facto, violar as regras ou critérios da DGAL.**

**Perante esta análise às GOP e ao Orçamento Municipal, o nosso voto só pode ser contra.**

**O Grupo Municipal da Coligação "Prá Frente Melgaço"**

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP SOBRE O SENTIDO DE VOTO  
EXPRESSO QUANTO CONTRATO PROGRAMA E CONTRATO DE ARRENDAMENTO COM A MELSPOINT .**

**22/12/2019**

**Já tínhamos referido variadas vezes a situação não conforme que existia com as contas da Melsport**

**O executivo quis sempre tranquilizar a situação e referiu nessas ocasiões que tudo estava acautelado, e que tinha havido alterações á lei que permitiam continuar com o enquadramento que existia.**

**Ora esta proposta de contrato programa e de contrato de arrendamento, vem desmentir essas afirmações, e vem provar que ao longo dos anos a Melsport só é sustentável (tal como o Tribunal de Contas referiu no chumbo das contas) com a subsidiação por parte do município em mais de 500 mil euros/ano .**

**Vem agora o executivo apresentar uma pretensa solução para o problema, transferindo proveitos inscritos contabilisticamente em Vendas para Subsídios á exploração ( o que sempre foram) e apresentando um enquadramento num contrato de arrendamento para a subsidiação que dá ao IPVC, contrariando toda a argumentação usada pelo município quando contestou o chumbo das contas por parte do Tribunal de Contas.**

**No entanto a solução, apesar do parecer que anexam, e que não passa disso mesmo de um parecer, parece-nos ainda frágil e deixa-nos a dúvida se o Tribunal de Contas a vai aceitar.**

**Deixamos duas perguntas ao executivo para memória futura:**

- **Pode o sr. Presidente deixar aqui a garantia que o tribunal de contas irá deixar passar as contas desta forma?**
- **Se não passarem as contas, qual o plano B que o executivo tem para tal situação?**

**O nosso voto espelha as dúvidas que aqui manifestamos, abstendo-nos.**

**O Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”**



## **Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço**

### **DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DA COLIGAÇÃO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AOS ASSUNTOS Nºs "6.", "7." e "8." da "ORDEM DO DIA" DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 21/12/2019**

**("Análise e deliberação da transição do sistema de abastecimento de água da titularidade das freguesias de Parada do Monte, Cousso e Gave, para o sistema Municipal")**

Tal como comunicado na Assembleia Municipal esta declaração de voto versará e englobará os três assuntos acima referenciados.

Uma tal declaração estruturar-se-á através de uma parte introdutória, ou geral, abarcando a análise que é comum à transição no contexto de todas as (três) freguesias, e uma parte subsequente, individualizada, reportada a cada uma delas.

Começaremos por salientar que esta não é uma matéria politizada pelos eleitos da Coligação, e tal porquanto, para além de contender com recursos que são essenciais à sobrevivência de qualquer ser humano, que tem a ver com a sua qualidade, ou com bens que, em muitos casos, foram os particulares que cederam, de forma gratuita, à Freguesia, todos nós, incluindo o Executivo Municipal e as Freguesias, concedemos em que seja polémica, não pacífica, não consensual.

Continuamos a insistir que seria possível manter a gestão das redes de abastecimento de água domiciliária nas mãos das Juntas de Freguesia, designadamente ao abrigo da figura (jurídica) da delegação de competências.

Não aceitámos que a Câmara Municipal de Melgaço possa ser melhor, ou mais eficiente, do que as Juntas de freguesia na gestão de tais sistemas, nem que estas últimas estejam desprovidas de recursos ou de meios humanos para os gerir. Se as Juntas não tem técnicos para garantir as atuais exigências legais e funcionais certo é que podem contratá-los, como podem solicitar a assistência dos que eventualmente façam parte do quadro de pessoal do Município.

Entendemos, também, não constituir argumento válido dizer-se que a atual rede, ao menos em algumas das freguesias, se encontra obsoleta, em elevado estado de degradação, ou que não cumpre com as exigências legais (e, mormente, com o diâmetro ou as dimensões necessárias para o combate a incêndios), nem tão pouco



**PRÁ  
FRENTE  
MELGAÇO**

*1976*

## **Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço**

que os pontos de captação se encontrem expostos a elevados riscos de contaminação. Na verdade, tais redes vem sendo usadas nas freguesias desde há dezenas de anos a esta parte, e certo é que o Município, não obstante o alegado, vai continuar a usá-las, tal como se encontram. Aliás, tanto não é argumento ou critério que em muitas outras freguesias, nas quais já é a Câmara Municipal a fazer a gestão dos sistemas de abastecimento, as condutas também não respeitam essas dimensões mínimas.

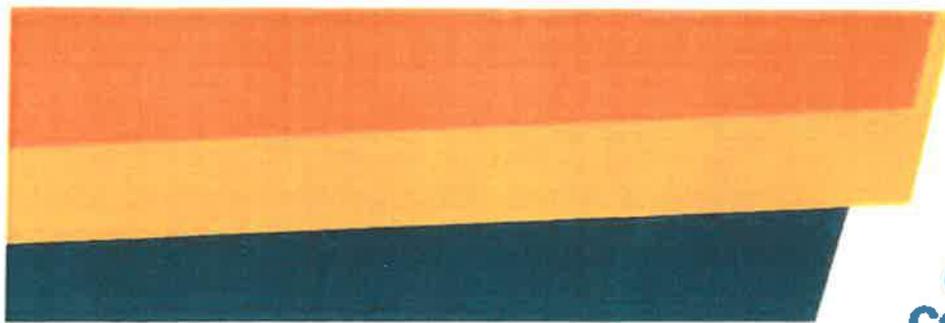
Por outro lado, para se atingirem os valores finais por nós apresentados na particular situação de cada uma das três freguesias, como sendo os da justa compensação, nada inventámos, bastando pegar nos critérios valorativos que a ERSAR preconiza, de 55.000,00 Euros para cada ponto de captação, de 140.000,00 Euros para cada reservatório, e de 60,00 Euros por cada metro linear de condutas da rede, para facilmente se atingirem os valores de que, mais adiante, falaremos.

Diremos, apenas para terminar esta parte geral, que não se deve, não se pode, não é politicamente correto, defender-se que se sigam as emanções da ERSAR para justificar as transferências dos sistemas de abastecimento das freguesias para o Município mas já se entenda não se deverem seguir os critérios que a mesma ERSAR preconiza para se atingir a justa compensação.

E assim, no que se reporta à concreta situação da Junta da União das Freguesias de Parada do Monte e Cubalhão, ocorre, também, a particularidade de haver pessoas que aceitaram doar as nascentes e as águas que lhes pertenciam por se destinarem as mesmas a ser integradas na rede de abastecimento da freguesia, e que, de ora em diante, se verão confrontadas com a inevitabilidade de passarem a ter de pagar preços tabelados e iguais aos de quaisquer outros municípios.

Quanto ao valor da justa compensação, usando os critérios fornecidos pela ERSAR, somando os 4 pontos de captação, os 770,00 metros lineares da rede renovada pela Junta entre 2015 e 2019, bem como o investimento feito na beneficiação da rede, temos que a Junta de Parada do Monte e Cubalhão teria a receber do Município, por tal transição, 342.219,12 Euros.

Àquele valor de 342.219,12 Euros haveria ainda que somar os 75% que foram assegurados pela Junta de Freguesia nas empreitadas executadas, ao nível da rede de abastecimento de água e saneamento, entre os anos



## Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

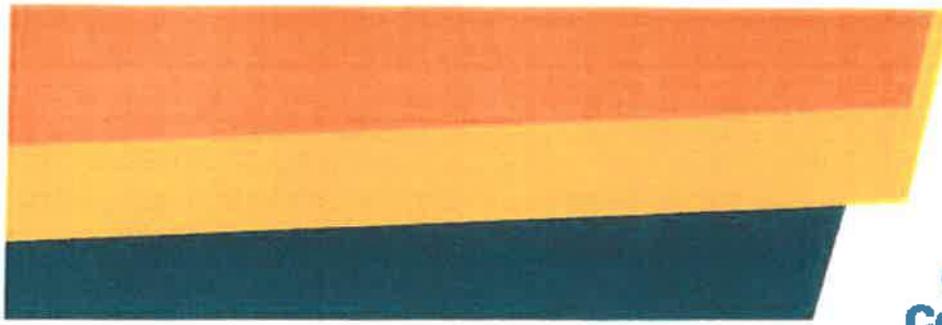
de 2008 e 2010 (com execução e novas adutoras, reservatório e rede de distribuição), e que foram descontados na contabilização trazida a esta Assembleia, e isto porque, contrariamente ao argumentado na informação que serve de base a este assunto, a recuperação desse valor se efetuou não com fundos próprios do Município mas antes com fundos comunitários, tendo-se a Câmara Municipal limitado a ser a intermediária, apresentando a candidatura ao QREN. De facto, a obra, as infraestruturas, financiadas pelos fundos, são, incontornavelmente, da freguesia, e só por essa razão é que o Município se apresta, presentemente, a adquiri-las.

Dizer, ainda, que o sistema de abastecimento será integralmente transferido em 01/01/2020 mas o pagamento só terá de começar a ser feito até ao final desse ano de 2020, o que permitirá ao Município pagar com verbas que, ao menos em parte, nesse período de tempo, seriam da própria Junta de Freguesia.

No que se reporta à concreta situação da Freguesia de Couso justifica-se o não pagamento do sistema de abastecimento alegando que o Município de Melgaço implementará no terreno um novo, mas não se prevendo, no contrato, ou no "auto de cedência de utilização", quaisquer prazos ou *timings* para que o faça, podendo o Município explorar a atual rede enquanto o bem entender.

Em termos de compensação, se fosse negociada a mutação dominial subjetiva, mediante contrato administrativo, com os valores adiantados pela ERSAR, a Junta de Freguesia, somando os 10 pontos de captação e os 4 reservatórios, e já deixando de parte a rede de distribuição (cujos metros ou extensão não consta na informação documental), teria direito a receber a módica quantia de 1.110.000,00 €uros.

Finalmente, somos de parecer que a modalidade encontrada para se proceder à transferência do sistema de abastecimento de água não respeita, neste caso, a lei. É que a figura da "cedência de utilização de bens do domínio público", prevista no artigo 23º do Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto, existe para os bens imóveis. E se podemos aceitar que um reservatório constitua um bem imóvel, e que a água se possa configurar como um bem imóvel enquanto subsiste integrada no solo ou subsolo, incorporada na terra, a verdade é que deixa de o ser a partir do momento em que é desintegrada, desafetada, do solo ou do subsolo, e conduzida para outros destinos, pelas condutas subterrâneas, em direção às casas, passando, então, a ser um bem móvel.



## **Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço**

Por último, no que respeita à Freguesia da Gave valem aqui as observações e considerações já anteriormente expandidas (quanto às Freguesias de Parada do Monte e Cubalhão e de Couso).

Também neste caso a justa compensação, incluindo os 4 pontos de captação, o reservatório da Senhora do Alvío, e os 11.500 metros lineares de extensão da rede de abastecimento, atingem o valor final de 1.050.000,00 Euros.

Não nos admira, pois, que, com valores desta ordem de grandeza, o Município prefira passar a usar, nem que seja indefinidamente no tempo, em vez de comprar, os sistemas de abastecimento.

E neste caso, particular, da Gave, com a nota de que até se confessa que as captações e reservatórios cumprem com as disposições regulamentares estabelecidas pela ERSAR, o que mais reforça que a transição era evitável.

É, pelo exposto, o nosso expresso sentido de voto (contra).

Os eleitos do PPD/PSD no Grupo Municipal da Coligação "Prá Frente Melgaço".